

Relatório: Produto 2

**“Consultoria para Análise de Gênero nos Projetos
GEF: BRA/14/G31; BRA/14/G32; BRA/14/G33;
BRA/12/G32; BRA/067/G32”**

**Consultora: Rodica Weitzman
Agosto/ 2018**

1. Introdução

O foco de análise desta consultoria são os cinco projetos apoiados pelo *Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF)*, forjados no marco do combate à degradação ambiental e às mudanças climáticas; da promoção da gestão sustentável dos recursos naturais; e da repartição dos benefícios e partilha de conhecimentos tradicionais. Dois destes projetos (BRA/12/G32; BRA/067/G32) estão na fase final de execução ou já foram encerrados, enquanto os outros três (BRA/14/G31; BRA/14/G32; BRA/14/G33) ainda se encontram em fase de implementação.

Em projetos com enfoque socioambiental, que priorizam ações de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, é muito comum que as mulheres desempenhem um papel fundamental nos processos de replicação das boas práticas, assim como no apoio de inovações para a biodiversidade. Os projetos analisados tem *brechas* que certamente proporcionam diálogo com o tema de gênero, mas cada projeto apresenta diferentes índices de incorporação da temática no conjunto de ações previstas.

Para entender quais são as portas de entrada para o tema de gênero nos projetos analisados, é importante perceber a partir de quais esquemas referenciais e com foco em quais eixos temáticos foram desenhados e implementados. Estes projetos são alicerçados no arcabouço do *Marco Lógico*, sendo orientados a atingir um objetivo geral que está atrelado aos impactos que possam ser gerados, enquanto mudanças duradouras que repercutem tanto nas vidas das pessoas quanto no meio ambiente. Assim, um primeiro ponto de partida para entender as concepções subjacentes aos projetos analisados é a visão do “impacto” que é empregada, o que se torna mais inteligível a partir de uma análise aguçada da forma pela qual tais “impactos” se operacionalizam dentro do arranjo institucional dos projetos. Uma vez que GEF é um financiador ambiental, todos os projetos foram elaborados com um enfoque ambiental acentuado, atrelado à ações que buscam a “conservação” e “preservação” dos diversos ecossistemas no território nacional. Em alguns projetos, aparece o termo “socioambiental”, mas ainda assim, o que se torna evidente é que o plano “ambiental” é posto em primeiro plano, enquanto os fatores “sociais” são enquadrados de alguma maneira como dimensões periféricas que atravessam as intervenções, mas que não são primordiais.

Ao mesmo tempo, identificamos uma dificuldade para ter mais precisão na delimitação e definição deste “campo social.” Neste sentido, uma indagação que surge a partir da leitura dos documentos tem a ver com o entendimento que as organizações proponentes adotam nas suas respostas a uma das questões que consta no PRODOC e que trata dos impactos previstos: isto é “as mudanças geradas pelo projeto na realidade ambiental e social.” Neste olhar que exercem para os chamados “impactos sociais”, se pressupõe que serão englobados nesta categoria todos os efeitos que não cabem no campo “ambiental” e “técnico.” No entanto, resta saber de que modo cada instituição envolvida na execução das ações visualiza esta linha divisória entre “social” e “ambiental.”

O ODS¹ 5, que visa ‘alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas’ a partir de uma série de metas, pode ser visto como um eixo norteador da construção de políticas e programas agroambientais no Brasil e no mundo. Faz parte de uma agenda mundial mais ampla, adotada durante a *Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável* em 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. A existência desta diretriz específica demonstra que relações sociais igualitárias são elementos intrínsecos à um plano de ação universal que propõe focalizar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômica.

No caso dos Projetos GEF, o enfoque de gênero vem sendo apresentado como prioridade nas orientações apenas nos últimos anos, ganhando centralidade neste processo um paper intitulado “Política sobre Igualdade de Gênero”, que foi lançado em outubro de 2017.² Esta Política oferece alguns subsídios para sustentar esta visão das “relações sociais de gênero” como algo que pertence ao “campo social” mas que, ao mesmo tempo, perpassa todos os outros componentes de um projeto ou programa:

¹ Desde 2015, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte da agenda socioambiental da ONU, sendo caracterizados como um conjunto de temas humanitários que devem servir como prioridade nas políticas públicas internacionais até 2030. Os ODS foram inspirados nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos pelos países-membros da ONU em setembro de 2000.

² Na linguagem utilizada neste documento, percebe-se que há uma ênfase na condução, desenho e implementação de atividades financiadas por GEF de uma maneira inclusiva, para que a participação das mulheres, independentemente de sua idade, raça, etnia e religião, seja refletida nos processos de tomada de decisão. (GEF/ C. 53/04, Oct. 2017, p. 5) São mencionados os esforços para desenvolver uma abordagem sensível ao gênero por meio de medidas como a identificação, implementação, monitoramento e avaliação de ações, ao mesmo tempo em que se recomenda que sejam potencializadas oportunidades para enfrentar “brechas” de gênero com a finalidade de maximizar os benefícios ambientais globais. (GEF/ C. 53/04, Oct. 2017, p. 5)

técnico; ambiental; produtivo, e assim por diante.³ Alguns elementos desta Política merecem ser sublinhados, no intuito de compreender o esquema referencial que tem sido utilizado pelo GEF para nortear o tratamento das questões ditas “sociais” (gênero, etnia, raça e geração), as quais tendem a ser agrupadas dentro das abordagens adotadas. Assim, destaco aqui um conjunto de três medidas que são citadas no documento base (2017): (i) *Uma Avaliação Socioeconômica ou uma Análise de Gênero* que descreve riscos e impactos diferenciados por gênero, além de identificar oportunidades para enfrentar brechas e promover empoderamento das mulheres enquanto “público alvo”; (ii) *Um Plano de Ação em gênero* ou algo equivalente, que apresenta estratégias para superar as desigualdades de gênero por meio da identificação, desenho, monitoramento e avaliação de atividades implementadas pela(s) entidade(s) executora(s); (iii) *Um esquema de Marco Lógico* que contém ações previstas, indicadores sensíveis ao gênero e resultados desagregados por sexo. (GEF/C. 53/04, Oct. 2017, p. 5)

Como veremos a seguir, nenhum projeto analisado apresenta sinais de coesão entre estas três medidas. Porém, cumpre salientar que em alguns projetos, no plano de ações, há indícios concretos do fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos sociais que gerenciam ações voltadas para a sustentabilidade ambiental ao nível local e regional. Indubitavelmente, estes sinais são bastante promissores, embora não necessariamente se integrem às metas, e precisariam ser acompanhados e monitorados de forma mais efetiva para gerar impactos que se repercutem em todos os campos que os projetos abrangem: “social”, “ambiental”, “político” e “econômico.”

Tendo como norte este documento base produzido por GEF, este Relatório -, que é o segundo produto elaborado dentro da Consultoria realizada -, tem o principal objetivo de efetivar uma análise do grau de incorporação do enfoque de gênero nos cinco projetos apoiados pelo GEF, apontando suas fragilidades, potencialidades e pontos de convergência. As principais fontes de informação e subsídios de análise deste diagnóstico foram os documentos elaborados por técnicos/as e

³ A conceituação de “transversalização” do enfoque de gênero (“Mainstreaming”) é apresentada no Documento: “GEF Policy on Gender Equality” da seguinte forma: “**Mainstreaming Gender** means the process of assessing the implications for women and men of any planned action, including legislation, policies or programs. It is a way to make women’s as well as men’s concerns and experiences an integral dimension of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programs so that women and men benefit equally and inequality is not perpetuated.” (GEF/C. 53/04 October 26, 2017, p. 7)

consultores/avaliadores externos (PRODOC, PIRs e RMTs) e as entrevistas realizadas com as equipes executoras dos projetos.

O ponto de partida do exercício metodológico proposto envolveu primeiramente a análise aguçada dos principais arquivos que retratam o “desenho” e “plano de intenções” de cada Projeto, listados a seguir: *Projetos de desenho (PRODOC)* e *Contratos e Cartas de Acordo*, com o objetivo de detectar o nível de incorporação do enfoque de gênero nas estratégias traçadas. O segundo passo foi a análise dos documentos que expõem o plano de implementação das ações e sinalizam os avanços, impedimentos e desafios inerentes à estes processos (*“Projetos e Informes de Implementação” – PIRs; “Relatórios de reuniões e vistas de campo”; Materiais de comunicação: vídeos, cartilhas e cadernos; Relatórios de Avaliação de Meio Termo” - RMT; e outros tipos de Relatórios de avaliação*). Dentro deste amplo leque de documentos, primazia foi atribuída aos materiais que compõem os acervos das organizações envolvidas e que se integram aos processos de gestão de conhecimento, uma vez que constituem um termômetro importante para verificar as dinâmicas em jogo e compreender as prioridades institucionais.

As entrevistas foram norteadas por um questionário com um roteiro de perguntas, elaborado pela consultora a partir das diferentes dimensões dos projetos a serem examinadas, desde seu desenho até seu ciclo de implementação. Além de realizar entrevistas com os/as coordenadores/as e técnicos/as das equipes executoras via Skype ou telefone, foi possível efetivar algumas entrevistas com o “público alvo” dos projetos durante o *“IV Encontro Nacional de Agroecologia”* (31/05 a 03/06), dentro do qual estavam presentes algumas organizações e grupos envolvidos com *PPP-Ecos* e *Projeto Bem Diverso*.

Uma vez que não foi possível levar a cabo um período de trabalho de campo nos pontos focais dos planos de intervenção, uma abordagem que permite estabelecer contato direto com as áreas de abrangência dos projetos em andamento e com os grupos alvos, o foco deste diagnóstico foi a produção documental, de modo que “os documentos” se tornaram o “campo” da pesquisa efetivada. Sendo assim, realço que a observação minuciosa das lógicas que orientam a veiculação de conteúdo e suas formas de transmissão nos documentos produzidos inegavelmente faz parte deste exercício de observação, descrição e interpretação das vozes canalizadas através do material analisado.

Dentro da metodologia proposta, a partir da junção das informações oriundas da análise documental, por um lado, e das entrevistas efetivadas, por outro lado, este Relatório procura examinar de que modo estas interfaces temáticas (gênero x questões socio-ambientais) são exploradas no “desenho” e no “plano de intervenção” dos projetos analisados. A intenção deste processo analítico é detectar o distanciamento ou aproximação entre este plano de “intenções” (uma vez que, o que está contido em um projeto não deixa de ser uma exposição do que se pretende), com o que efetivamente tem acontecido durante o período de execução dos projetos, que se reflete no plano das ações.

O Relatório é organizado da seguinte forma: (i) na primeira parte, serão apresentados os conceitos que norteiam nosso entendimento da temática de gênero no contexto de projetos socioambientais; (ii) Na segunda parte, serão examinados os pontos de destaque nos projetos, se atentando tanto para as dificuldades e desafios detectados quanto para as potencialidades no que tange aos processos de transversalização do enfoque de gênero no interior dos mesmos. No final da análise de cada projeto, algumas recomendações serão apresentadas, visando aprofundar a transversalização de gênero nos projetos em andamento e propor sugestões sobre formas de garantir um tratamento transversal de gênero no desenho de futuros projetos; (iii) Na terceira parte, algumas conclusões serão apresentadas, no intuito de amarrar pontos para o exercício coletivo de reflexão e análise. É importante lembrar que no Produto 3, alguns pontos que foram levantados neste produto serão aprofundados, visando a identificação e análise de “boas práticas”, de obstáculos comuns a todos os projetos e das lições aprendidas.

2. Alguns conceitos que norteiam nossa análise: transversalização do enfoque de gênero nos projetos socioambientais

Ao falar em “gênero” ou “empoderamento das mulheres”, lidamos com uma temática que é cara à nossa análise dos projetos: a “transversalização” da temática, uma vez que o que se almeja é um tratamento transversal de gênero nos projetos, programas e políticas socioambientais. A noção da “transversalização” do enfoque de gênero nos projetos, programas e políticas sociais¹² pressupõe que gênero permeia cada aspecto do seu “desenho” e do seu plano de implementação. Gênero deve ser intrínseco ao espinha dorsal do projeto, perpassando cada aspecto do plano de ação

(desde as atividades de campo até o sistema de sistematização e monitoramento), de modo que quase se funda com os traços definidores do projeto na íntegra.

Neste sentido, um projeto que incorpora o enfoque de gênero deve buscar a inclusão social e produtiva das mulheres levando em consideração as particularidades de suas identidades e dos seus ofícios nos diversos territórios, enquanto agricultoras, gerazeiras, ribeirinhas e pesqueiras, o que implica em diferentes formas de relacionar com a terra e com os recursos naturais de acordo com cada contexto socioambiental. Qualquer estratégia focada na redução das desigualdades de gênero é atrelada ao reconhecimento e valorização dos saberes e aptidões das mulheres no uso sustentável dos recursos naturais, e visa o empoderamento das mulheres para que elas possam manejar livremente os recursos disponíveis, a partir dos seus próprios critérios. O fortalecimento da organização produtiva das mulheres deve incluir atividades de formação e articulação que contribuam para o maior acesso de mulheres que fabricam produtos de sociobiodiversidade aos programas e políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE, PGPMBio), com base nas boas práticas (ex: SAFs e PFNM),⁴ além de ações de incentivo à formalização dos grupos de mulheres (e fomento para a criação de novos), buscando apoiar o acesso a diversos mercados e a novas tecnologias, além de processos de aprimoramento da gestão.

Projetos com foco na problemática socioambiental, como estes que estão sob análise, devem estimular a consolidação de sistemas agroalimentares locais que são nutridos por circuitos curtos de comercialização. Os circuitos curtos favorecem a interlocução mais direta de uma maior parcela de pessoas com diversos espaços de comercialização e com os/as consumidores/as sem a ação intermediária de atravessadores, de modo que possibilitem o fortalecimento da autonomia econômica e política das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais.

Ao examinar um projeto, é importante lembrar que gênero não é um mero apêndice ou aspecto adicional a ele, mas é algo estruturante, do qual depende o êxito das metas projetadas. A transversalização do enfoque de gênero em um Projeto socioambiental começa com as ações de diagnóstico e pesquisa que geralmente são efetivadas na primeira fase de sua execução, a partir do levantamento e análise de informações acerca dos aspectos que interferem na condição social das mulheres e dos homens dentro do contexto sociopolítico (e socioambiental) no qual o projeto se

⁴ SAFs: Sistemas Agroflorestais e PFNM: Produtos Florestais Não Madureiros

insere. Para reconhecer as mulheres enquanto sujeitos sociais, políticos e econômicos que se engajam ativamente nos processos produtivos e organizativos no escopo dos projetos sociais, é necessário ter em vista, como eixo de orientação, um marco conceitual que contemple diversas dimensões. Estas dimensões são, a saber: (i) Acesso e controle sobre recursos (humanos, sociais, naturais e monetários); (ii) Acesso e controle sobre benefícios (monetários e não monetários); (iii) Tomada de decisão; (iv) Cargo de trabalho/ Divisão de tarefas; (v) Bem-estar (saúde, violência de gênero, entre outros fatores). Os projetos devem buscar uma integração entre estas cinco dimensões nas suas estratégias de intervenção.

Para garantir a incorporação de uma perspectiva de gênero nos projetos e programas socioambientais, alguns passos são indispensáveis. Em primeiro lugar, um esquema referencial deveria orientar o desenho dos projetos, de modo que as diferenças sociais de gênero possam ser reveladas, iluminando as distintas prioridades de homens e mulheres; suas capacidades, destrezas, habilidades e restrições dentro das atividades agroextrativistas; seu acesso e controle sobre diversos tipos de recursos; e sua interferência nos processos de tomada de decisões dentro dos diversos coletivos no âmbito familiar e comunitário. Uma avaliação crítica de qualquer projeto deve ser efetivada para garantir que o plano de ações seja norteado pelos seguintes requisitos, critérios e questões: *Quais grupos (diretamente ou indiretamente) são alvos da ação intervencionista do projeto e qual é a composição destes grupos?; De que modo homens e mulheres são afetados de forma diferenciada pelos temas abordados no projeto?; O projeto apresenta possibilidades e oportunidades que reforçam ou combatem desigualdades de gênero?; Quais são as capacidades de homens e mulheres que possam ser potencializadas e canalizadas para avançar no cumprimento das metas do Projeto?; De que modo a condução metodológica das ações previstas inibe ou dificulta a participação de alguns atores sociais, como mulheres ou grupos étnicos?*

É importante sinalizar que a incorporação do enfoque de gênero no desenho do projeto facilita a construção de um patamar que serve para medir avanços na temática ao longo do seu ciclo de implementação. Quando a perspectiva de gênero não aparece no desenho, (a partir das questões norteadoras mencionadas em cima no roteiro), se torna mais dificultoso viabilizar sua incorporação no plano de intervenção (metas, estratégias, ações) posteriormente.

Salientamos também que uma estratégia de gênero se operacionaliza mediante a construção de um plano de ação em gênero que não existe isoladamente, mas que tem a incumbência de dialogar com todos os aspectos de um projeto, se integrando ao planejamento global da instituição executora e aos seus mecanismos de avaliação e monitoramento. Assim, ao examinar um projeto a partir de uma ótica multifacetada e integrada, partimos do pressuposto de que gênero deveria transparecer tanto no desenho do projeto (PRODOC) e nos documentos associados a ele (marco lógico/TDRs), quanto no seu arranjo organizacional e no sistema de M & A. O sistema de M & A não deve apenas garantir a coleta e análise de indicadores desagregados, mas também deve vislumbrar um equilíbrio entre indicadores quantitativos e qualitativos, uma vez que indicadores qualitativos tenham mais capacidade de captar as mudanças nas relações sociais⁵ a partir de meios de verificação que aferem alterações nas relações desiguais de poder nos diferentes âmbitos.

Algumas condições precisam ser cumpridas para que possa haver um tratamento transversal de gênero no interior dos projetos, fazendo parte de um processo de internalização da temática na(s) instituições proponente(s) e executora(s). A seguir, menciono algumas delas.

(i) Os projetos que tenham uma especialista em gênero enquanto integrante da equipe técnica indubitavelmente tendem a conseguir maiores avanços, uma vez que sem este profissional, se torna muito mais difícil garantir que este enfoque seja incorporado no plano de ações. No entanto, independentemente do arranjo do projeto em questão, é primordial que haja um investimento contínuo em processos de treinamento de integrantes das equipes técnicas e administrativas no intuito de sensibilizá-los e capacitá-los para atuação nesta temática junto ao público alvo.

(ii) Cumpre salientar que a construção de parcerias com organizações referenciais em gênero (preferencialmente com uma abordagem feminista) facilita a incorporação da temática institucionalmente, uma vez que estas organizações possam aportar abordagens metodológicas que dão suporte para os processos locais e regionais.

(iii) É importante que as estratégias e ações voltadas para igualdade das relações de gênero e empoderamento das mulheres sejam explicitadas no orçamento, que faz

⁵ Os indicadores “qualitativos” expressam variáveis ou dimensões que não podem ser expressas apenas por números, tais como: aumento da autoestima e capacidade de liderança; modificações nas atitudes e comportamentos, entre outros. Muitos indicadores parecem contribuir para a demonstração da qualidade da participação feminina, mas trazem consigo a dificuldade de verificação. (WEITZMAN, 2006)

parte do desenho do Projeto, a partir de recursos alocados dentro de rubricas demarcadas. O alinhamento entre as linhas de ação e as rúbricas separadas por área temática (que estão embutidas em um orçamento específico dentro do orçamento global) possibilita uma maior autonomia dos/as profissionais que atuam nestas ações, além de proporcionar uma maior eficácia na execução da estratégia de gênero ao nível institucional. Desta maneira, é possível garantir a realização de ações afirmativas nos projetos socioambientais, enquanto passos fundamentais na conquista da autonomia das mulheres dentro dos respectivos coletivos.

(iv) Se houver a possibilidade de construir um espaço inter-institucional de gestão e controle social que exerce um papel de monitoramento das ações implementadas a partir do enfoque de gênero, certamente a transversalização do enfoque de gênero ao nível institucional será mais garantida.

3. Contextualização dos 5 Projetos: suas principais características e suas “portas de entrada” para a temática de gênero

Cabe salientar que todos os projetos são norteados por objetivos atrelados aos “impactos” duradouros que deveriam ser gerados ao longo de sua duração. Em cada projeto estes “impactos”, representados a partir de suas múltiplas dimensões (ambientais; técnicas; sociais), são vinculados à estratégias distintas e são aferidos por métodos diferentes. Um elemento chave na análise dos projetos envolve a operacionalização do conceito de “impacto”, o que inegavelmente interfere nas formas de conceber gênero, tendo em vista sua relação com as diversas interfaces temáticas.

Os projetos apresentam os seguintes mecanismos, instâncias e conjunto de ações: metodologias de diagnóstico das condições socioambientais; atividades de capacitação que são associadas ao fornecimento de equipamentos e tecnologias sociais; esquemas referenciais regulatórios em relação às questões ambientais; a *linha de base*, que se orienta pelas metas e indicadores do *Marco Lógico* e que serve como base de orientação para o sistema de *M & A (monitoramento e avaliação)*; e a demarcação de áreas demonstrativas para experimentação de planos de gestão exemplares.

Na maior parte dos projetos analisados, a estratégia de gestão de áreas protegidas testada *in situ* é adotada tendo em vista a necessidade de validar uma amostra representativa das “boas práticas” para a conservação de determinados ecossistemas (por exemplo, no caso dos ecossistemas manguezais no Brasil), de modo que tal modelo possa ser replicado em outras regiões. A noção de propagar “boas práticas” de conservação ambiental – visando sua replicação – motiva a construção de experimentos pilotos em determinados locais dentro do território nacional, os quais integram um modelo pautado nos serviços ambientais que são enquadrados como imprescindíveis para o desenvolvimento socio-ambiental das comunidades afetadas.⁶

No amplo leque de projetos analisados, observa-se variações no processo de apropriação de cada mecanismo dentro do conjunto de componentes que integram o “desenho”, o que tem repercussões sobre as diversas “portas de entrada” para questões de cunho social. Alguns elementos podem ser ressaltados aqui, para demonstrar de que modo o enfoque de gênero transparece no desenho e no plano de execução das ações previstas de forma variada.

Por exemplo, no caso dos Projetos BRA/14/G32 e BRA/07/G32, há uma inflexão na elaboração e controle social de *marcos regulatórios* e *leis* marcados por enfoques ambientais, de modo que o esforço para incorporar a perspectiva de gênero se torne inteligível no cerne das negociações para a construção e revisão de planos e políticas que promovem ações sustentáveis, como o “*Plano Nacional para a Conservação dos Manguezais*” (BRA/07/G32) e a “*Política Estatal para Combate à Desertificação*” (BRA/14/G32). No caso do Projeto BRA/07/G32, o plano de ações tem sido voltado para intervir na revisão da “Legislação Vigente Referente a Assuntos Vinculados à Cadeia Produtiva do Caranguejo”, com o principal objetivo de elaborar um marco regulatório mais consistente e adaptado ao sistema de gestão das Unidades de Conservação (UCs) com manguezais. Embora possa haver uma demora na efetivação destas recomendações, em função de trâmites institucionais, como é o caso do *Marco Regulatório do Caranguejo Uça*, que atualmente está sujeito à um processo

⁶ Cumpre salientar alguns exemplos do uso de “boas práticas” (na forma de experimentos exemplares) nos projetos analisados: (i) No caso do Projeto de Manguezais (BRA/07/G32): o Plano de Manejo integrado para atividades pesqueiras para os 9 RESEXs da costa de Pará; (ii) No caso do Projeto “Bem Diverso” (BRA/14/G33): unidades de amostragem de SAF que serão instaladas em fazendas, áreas comuns, UCs e zonas de amortecimento de UCs; (iii) No caso do Projeto do Manejo do Uso Sustentável da Terra no Sergipe (BRA/14/G32): Boas práticas de manejo sustentável da terra (SLM) e de recuperação de áreas degradadas em 4 áreas de intervenção direta no Alto Sertão de Sergipe (ASS).

de análise e revisão dentro do *Ministério do Meio Ambiente*, cumpre ressaltar este esforço coletivo para levantar proposições que se abram para as questões de gênero na construção de marcos regulatórios e leis.

Em outros projetos, como *PPP-Ecos* e *Bem Diverso*, que tendem a sublinhar fortemente o desenvolvimento de “boas práticas” no contexto de comunidades, muitas das quais são caracterizadas como tradicionais, a experimentação de tecnologias sociais no contexto de processos de formação é bastante acentuada dentro dos planos de ação nas diferentes regiões. Algumas temáticas chaves aguçam o empoderamento das mulheres no portfólio do PPP-ECOS, como práticas agroecológicas, artesanato, plantas medicinais, feiras livres e agroindústrias de processamento de produtos de agroextrativismo. São a partir de tecnologias como “ecofogões” e “despolpadoras” que grupos comunitários e cooperativas se consolidam, e em alguns casos, como no *Projeto BRA/15/31* protagonizado pela Casa da Mulher do Nordeste em PE com apoio de PPP-ECOS, os efeitos de tais tecnologias e equipamentos sobre a gestão do tempo e a carga de trabalho das mulheres rurais se tornam pontos de destaque. Também, em alguns projetos apoiados por PPP-Ecos, como o *Projeto BRA/OP5/15/14* da Articulação PACARI e o *Projeto BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/14/05* da Associação Indígena Tulakai, que enfatizam o repasse de conhecimentos tradicionais sobre práticas sustentáveis de geração para geração, se observa o fortalecimento do papel das mulheres como detentoras de saberes sobre a biodiversidade local.

A seguir, as particularidades de cada projeto serão debruçadas de forma mais detalhada, de modo que as diferenças nos enfoques e nas abordagens metodológicas possam ser detectadas. Os primeiros projetos a serem analisados são aqueles que já se encerraram ou se encontram em vias de finalização. Tal detalhamento nos permite formular recomendações no intuito de qualificar e potencializar a incorporação do enfoque de gênero nos projetos ainda em execução, além dos novos projetos socioambientais que possam ser elaborados pelo GEF no futuro próximo.

3.1 Projeto “Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezias no Brasil” – BRA/07/G32

Cabe salientar que no caso do Projeto Mangues (BRA/07/G32), no PRODOC está explicitada a intenção de abordar as questões de gênero, como podemos conferir na seguinte frase: “*Será dada ênfase à inclusão de mulheres e jovens com o propósito*

de que os benefícios econômicos sejam distribuídos de forma justa, uma vez que esse grupo representa a maior parte dos subempregados ou desempregados e que a atividade pesqueira geralmente envolve toda a família, não apenas homens. “ No entanto, nem no texto deste documento base, nem no marco lógico é apresentado um plano de metas, estratégias e ações para enfrentar a invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira, um tema que ganha maior relevância a partir da publicação dos decretos 8424 e 8425 em 2015, que definem como pescador artesanal apenas o profissional que extrai o peixe da água, excluindo assim todos/as os envolvidos na cadeia de beneficiamento do peixe, que são majoritariamente mulheres.⁷ Desta maneira, as contribuições de trabalhos “indiretos” vinculados à pesca, a maior parte dos quais são realizados a partir da força feminina, foram excluídas dos padrões que regem a atividade pesqueira, o que representa um grande retrocesso na luta dos direitos desta categoria profissional.

Embora exista uma lacuna na abordagem de questões de gênero dentro do desenho (PRODOC), o potencial para trabalhar este tema de modo mais frontal foi reconhecido pela própria equipe da PNUD, que no segundo semestre de 2016, a partir de uma avaliação do Projeto, subiu para nível 2 o enfoque de gênero no projeto. Foi a partir desta avaliação externa, que resultou na prorrogação do prazo do projeto, que surgiu a proposta de produzir um conjunto de vídeos que pudessem focar no papel das mulheres dentro das atividades pesqueiras, como produto de uma consultoria específica. Além disso, recomendou-se que as atividades voltadas para enfrentar desigualdades sociais de gênero fossem intensificadas.

Neste sentido, duas estratégias para incorporar o enfoque de gênero no ciclo de implementação deste Projeto merecem ser destacadas. A primeira ação envolveu o fortalecimento da participação das mulheres em uma organização de representação de sua categoria profissional: *CONFEM – A Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas* e dos povos extrativistas costeiros marinhos. O projeto apoiou a estruturação da “*Secretaria de Mulheres das Marés e das Águas*” em 2015, a partir da concessão de um apoio institucional para a realização de reuniões. Este passo foi fundamental no sentido de criar referências de lideranças nacionais no movimento das mulheres pesqueiras, uma vez que embora as mulheres estivessem

⁷ Cumpre salientar a diversidade das ações realizadas pelas mulheres, muitas das quais são enquadradas como atividades “secundárias”, como o cuidado com a casa e os filhos durante as pescarias, além das ações de beneficiamento do peixe, como a cata de carne de caranguejo e a limpeza do pescado para finalidades de comércio, entre outros.

presentes nas atividades realizadas no escopo do projeto, a falta de lideranças que pudessem interferir nas instâncias de tomada de decisões era uma fragilidade identificada desde o início de sua implementação.

Outra ação que merece destaque foi o esforço da equipe do *Projeto Manguezais do Brasil (GEF-PNUD-ICMbio)*, em conjunto com a Conservação Internacional, de levantar informações junto com os Pescadores/as de caranguejo para obter insumos que pudessem embasar um ajuste e atualização do marco regulatório do Caranguejo Uçá.⁸ Esta ação, que envolveu debates e resultou em proposições específicas sobre o protagonismo das mulheres nas atividades pesqueiras, ganha relevo perante um contexto no qual as mulheres sempre desempenharam um papel secundário nas legislações específicas da pesca. Este fato tem a ver com a visão convencionalmente cultivada acerca das contribuições das mulheres dentro das cadeias produtivas ligadas à pesca, restrita quase exclusivamente às atividades de beneficiamento, como a retirada da carne do caranguejo uça, atividades que foram excluídas dos decretos 8424 e 8425 em 2015, como foi mencionado anteriormente.

Assim, a ampliação dos direitos das mulheres pesqueiras a partir de revisão e reformulação da legislação vigente representou uma opção metodológica de fundamental importância perante um contexto no qual o enquadramento da pesca como atividade profissional implicou na retirada de trabalhos vistos como “indiretos” e secundários.” Embora ainda não fosse possível avaliar os efeitos de tais intervenções, em função da demora nos trâmites burocráticos vinculados à formalização dos marcos legais, indubitavelmente teve repercussões no cerne das organizações envolvidas neste levantamento nas diversas regiões, sendo um ato de sensibilização sobre temáticas historicamente marginalizadas dentro de suas agendas institucionais.

A abordagem metodológica utilizada neste levantamento priorizou a realização de duas rodadas de oficinas em cada região (Sul-Sudeste; Norte e Delta de Parnaíba; Bahia e Espírito Santo; Nordeste) e um Seminário Final de encerramento ao nível nacional, no qual foram definidas as principais proposições e recomendações, algumas das quais eram enquadradas como sendo dentro da governança do ICMBio/MMA, e outras cujas temáticas foram definidas como sendo de competência

⁸ Este marco normativo data de 2003 quando se regulamentaram aspectos fundamentais da atividade como são o defeso, a captura de fêmeas e os petrechos permitidos para a coleta. Este processo de revisão do marco regulatório do caranguejo uça, levado a cabo em 2016, no intuito de ter subsídios para que o protocolo nacional pudesse ser modificado, constitui uma ação inusitada no histórico de construção de legislações nos Manguezais.

de outros Ministérios ou instituições. Este exercício permitiu filtrar os insumos ligados às questões de gênero que pudessem servir como uma base para a elaboração de diretrizes de outros projetos de desenvolvimento sectorial.

Um aspecto importante deste processo foi a diversidade de temas abordados nas oficinas: Governança; Captura; Transporte e Comercialização; Incentivo à produção; Segurança no Trabalho; Direito à educação; e o papel das mulheres nas pescarias. Gênero, embora seja visto como um tema transversal que atravessa todas as outras temáticas, foi tratado de uma forma separado dentro da abordagem metodológica, para possibilitar que suas particularidades não fossem diluídas e para que proposições específicas pudessem ser visibilizadas. Merecem destaque as diversas recomendações que ressaltam o papel da mulher na cadeia pesqueira⁹ nas áreas protegidas com manguezais e que foram validadas no Seminário Final, fazendo parte de um plano de ação que estipulava datas para implementação de cada uma das atividades previstas.

Outro elemento bastante notável na abordagem utilizada foi a presença de diversos atores sociais nos debates que transcorreram nas oficinas regionais, incluindo lideranças locais e regionais, instituições parceiras, como o Museu Goeldi (PA), representantes das Universidades e funcionários/as dos diferentes governos estaduais. Isso possibilitou uma sensibilização sobre a amplitude do tema de gênero e suas diversas “portas de entrada”, uma vez que as propostas levantadas nos debates serviriam não apenas para modificar o Marco Regulatório de caranguejo-uça, mas também seriam insumos para outros regulamentos que norteiam as atividades pesqueiras.

Uma ação que é apresentada em um dos PIRs mas que não foi concretizada é o “*Programa com Mulheres Empreendedoras*”, com a intenção de potencializar

⁹ Cumpre salientar algumas recomendações, que foram amplamente discutidas no processo de revisão do marco regulatório do caranguejo uça: (i) Capacitações direcionadas às pescadoras sobre diversos temas, como associativismo, saúde no trabalho, direitos das mulheres, qualificação profissional, entre outros, são recomendadas como ferramentas para aumentar seu empoderamento e melhorar as condições de vida e acesso às políticas públicas; (ii) Estabelecer mecanismos para garantir ao menos uma cota mínima de participação de mulheres em conselhos de Unidades de Conservação, câmaras técnicas e outros fóruns, como forma de garantir sua maior representatividade; (iii) Incentivar que pesquisas feitas com comunidades pesqueiras, mesmo as não focadas nas questões de gênero, busquem endereçar esse tema. Uma estratégia proposta é que seja um requisito para concessão das licenças de pesquisa; (iv) Viabilizar fomento à criação de Redes de Mulheres, mencionadas como ferramentas eficientes de empoderamento e garantia dos espaços de participação das mulheres. (v) Advogar pela revogação dos decretos 8424 e 8425 para garantir que mulheres que atuam diretamente na cadeia da pesca do caranguejo sejam reconhecidas como pescadoras.

oportunidades de geração de renda a partir do estímulo aos diversos usos dos recursos naturais ligados aos manguezais. Uma série de cursos desta natureza foram realizados com jovens e a proposta era adaptar esta metodologia para o público feminino, mas não foi em frente em grande parte pela falta de recursos humanos e financeiros. Um dos entrevistados avalia que esta atividade não se concretizou em grande parte porque o foco da ação do projeto em meados de 2015 e 2016 era o aumento da incidência política dentro do tema da pescaria, ligado ao ecossistema dos manguezais. De acordo com este entrevistado, que era integrante da equipe técnica na época, “não vimos como oportuno criar uma outra atividade específica que envolvesse as mulheres, já que estávamos trabalhando na época com toda a cadeia produtiva da pesca. Teria tirado o foco.” Sendo assim, uma vez que o foco principal da ação intervencionista era a garantia de direitos das pescadoras dentro dos marcos regulatórios e legislações vigentes, a ampliação das possibilidades de geração de renda para mulheres pescadoras a partir de processos de capacitação não era uma prioridade naquele contexto durante o referido período.

Algumas recomendações para futuros projetos que abordarão a complexidade das atividades pesqueiras no contexto do ecossistema dos manguezais devem ser consideradas, no intuito de incorporar o enfoque de gênero nas suas abordagens e estratégias:

(i) *Os planos de manejo dos manguezais* em áreas pilotas, que são visualizados como locais propícios para a demonstração de boas práticas, devem incorporar diversas dimensões, entre elas a perspectiva de gênero. Este aspecto – a experimentação de práticas exemplares em áreas delimitadas -, que é comum ao maior parte dos projetos apoiados por GEF, deve sempre ser incorporado tendo em vista a importância de ressaltar o empoderamento das mulheres dentro destas “boas práticas.” A sistematização e disseminação destas “boas práticas” é especialmente importante em atividades nas quais predomina uma visão enraizada na hierarquização dos trabalhos efetivados, de modo que as mulheres são invisibilizadas em função do seu engajamento em ações vistas como “secundárias”, como trabalhos ligados ao beneficiamento do peixe. O reconhecimento destas tarefas como “boas práticas”, que são interligadas com outras dentro de uma cadeia produtiva que integra várias etapas, é um exercício pedagógico, que sensibiliza tanto os atores diretamente envolvidos,

quanto os funcionários/ técnicos de poder público e de organizações não governamentais que atuam nestes campos temáticos.

(ii) Experiências propulsoras de reformulações das diretrizes que compõem *os marcos regulatórios que regem o sistema de gestão dos manguezais*, norteados pela ótica de gênero, devem ser incentivadas. A experiência vivida no contexto deste Projeto foi extremamente enriquecedor, ao desencadear um processo educativo a partir de oficinas realizadas nas regiões que discutiam os componentes que deveriam compor a *Legislação Vigente Referente a Assuntos Vinculados à Cadeia Produtiva do Caranguejo*. Gênero foi inserido nas discussões como um tema tão importante quanto os outros temas abordados (práticas de extração e armazenamento; transporte e comercialização; saúde.)

Ao priorizar o levantamento de necessidades e a formulação de proposições em espaços coletivos, os marcos regulatórios se tornam instrumentos “vivos”, ao alcance da população afetada, possibilitando uma maior incidência destes segmentos (comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, pescadores/as artesanais, entre outros/as) na gestão de políticas. Recomenda-se uma adaptação desta metodologia de ação para outros projetos apoiados por GEF, de modo que haja uma maior participação dos/das beneficiários/as na elaboração e monitoramento das legislações que regulam questões de sociobiodiversidade nos diversos ecossistemas.

3.2 Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos): BRA/12/G32

PPP Ecos tem alguns elementos que o diferencia dos outros projetos sobre análise, principalmente pela sua capilaridade, no sentido de beneficiar uma gama de grupos e organizações de base em diversas regiões do Brasil de forma direta e horizontal, sem intermediações de terceiros. Desde 1995, *PPP-Ecos* vem investindo em apoios à organizações e grupos de base. A partir de 2013, iniciou-se uma nova fase na sua gestão, implicando na ampliação do seu foco temático e geográfico, uma vez que começou a lidar com as temáticas de mudança climática e degradação ambiental e expandiu suas operações para o bioma Caatinga. Neste processo de análise do PPP-Ecos, restringi meu campo de análise aos 238 projetos que no período de 2013 a 2017 foram aprovados na Fase 5 de GEF por meio do lançamento de 4 editais.

Alguns elementos nas abordagens do PPP-Ecos serão sublinhados aqui, visando entender de que modo este programa constrói relações diferenciadas com seu público alvo e organizações parceiras, o que tem repercussões sobre os modos de incorporar o foco de gênero nos pequenos projetos, embora esta estratégia não seja explicitada nos documentos base (PRODOC e PIRs). O que merece destaque neste sentido é a relação horizontal que o *Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN)*, a organização responsável pela coordenação técnico-administrativa do PPP-Ecos, estabelece com os pequenos projetos que são apoiados, a partir de diálogos constantes e visitas de monitoramento. O sistema de monitoramento é composto por visitas *in locu* onde os pontos focais observam e avaliam diversas questões relevantes, como as mudanças nas relações sociais de gênero dentro do ciclo de execução dos projetos. Este contato constante com os processos vividos pelos projetos possibilita um olhar mais aguçado sobre um amplo leque de questões que atravessam a vida social dos grupos. Vários grupos entrevistados mencionaram a flexibilidade da ISPN no sentido de fazer ajustes nos objetivos e plano de atividades ou viabilizar remanejamentos de recursos a partir das demandas apresentadas, o que não é sempre comum nas relações estabelecidas com agências de cooperação.

Por exemplo, no caso do *Projeto BRA/15/31*, sob a coordenação da *Casa da Mulher do Nordeste*, foi possível introduzir mais uma tecnologia social de baixo custo além dos eco-fogões, envolvendo o “re-uso da água,” que levou à intensificação do trabalho desenvolvido com as hortas e quintais produtivos. Uma liderança entrevistada que anima as oficinas de construção de eco-fogões em Pajeu/Pernambuco menciona que a riqueza do trabalho reside justamente no desenvolvimento de diversas tecnologias que podem desencadear um amplo leque de atividades produtivas, uma vez que “uma tecnologia puxa a outra.” A coordenadora de *CMN* explica que a proposta de re-manejar os recursos no intuito de incluir o trabalho de aprimoramento do método de “água cinza” foi acolhida pela coordenação do *PPP-Ecos*, o que revelou a possibilidade de flexibilizar o orçamento perante o dinamismo das situações vividas ao nível local. Assim, no final do projeto, além de cumprir com a meta de construir 78 eco-fogões, 20 sistemas de reuso de água foram implantadas.

Para uma entrevistada - membra da Articulação Pacari que vem recebendo apoio de PPP-Ecos desde 1999 -, o fato de lançar um “edital” aberto para todos/as,

com um formato simplificado, representa um dos indícios deste processo de democratização das relações. De acordo com esta entrevistada:

“As outras agências de cooperação, quando não as conhece, são mais difíceis para chegar perto. Somente deixam outras organizações e associações que conhecem chegar perto. São amigos de amigos. Quando se estabelece um edital, tem mais chance, pois é mais democrático.”

Estes elementos de maleabilidade, horizontalidade e abertura devem ser ressaltados nesta avaliação, uma vez que permitem o maior acesso de grupos de mulheres, que tendem a ser mais informais, com estruturas mais fluidas e permeáveis que outros grupos. Destarte, a inclusão social é possibilitada pela falta de regras burocráticas, que tendem a restringir o acesso e gestão de recursos especialmente para grupos que vivem situações de exclusão social.

A inclusão social também é um dos fatores que faz parte dos critérios que são considerados para aprovação das propostas. Uma pergunta sobre o número de mulheres, jovens e idosos que são estimados a participarem diretamente das ações propostas faz parte do roteiro de elaboração das propostas, mas não necessariamente existe um mecanismo para monitorar os níveis de participação destes diversos segmentos ao longo do ciclo de implementação dos projetos. Os formatos dos relatórios elaborados pelas organizações executoras dos projetos contém uma tabela de indicadores que exige a estipulação da participação feminina e masculina (como dados desagregados), mas uma ponderação importante é que não existe um processo de monitoramento destas informações quantitativas ao longo do tempo.

Portanto, embora possa haver um mecanismo simples de registro da quantidade de mulheres que se envolvem nas atividades realizadas, o que facilita seu preenchimento por organizações de base comunitária, ao não ser acompanhado por um sistema de monitoramento que possa aferir a evolução desta participação, não há como tirar conclusões sobre as mudanças nas relações sociais de gênero ao longo do tempo no decorrer dos processos vividos. Também, ao não efetivar um processo de análise dos dados gerados neste conjunto de projetos, não há como fazer cruzamentos de informações, como por exemplo, inferir o número de mulheres que se envolvem em determinadas cadeias produtivas e a natureza de sua participação nas mesmas.

De acordo com membros da equipe de ISPN, no processo seletivo, os membros do Comitê Gestor Nacional dão especial atenção para os projetos direcionados às mulheres que promovam o empoderamento de lideranças femininas, o

que pode ser verificada na ficha de pré-seleção das propostas. Cumpre salientar que um dos membros do Comitê Gestor Nacional era considerado um ponto focal em gênero, o que possibilitou um olhar mais aguçado para questões de gênero dentro do processo de seleção das propostas. Embora esta pessoa se desligou do Comitê e não foi substituída até o momento atual, é uma indicativa da importância da temática na vida institucional (da ISPN) e nos processos de gestão dos pequenos projetos.

No processo de acompanhamento dos projetos, dentro dos critérios utilizados para avaliar seu desempenho e grau de êxito, percebe-se a inflexão atribuída ao nível de participação dos distintos atores sociais e seu grau de empoderamento nas atividades de formação e organização social. Esta preocupação com a qualidade da participação representa uma porta de entrada para questões de gênero, embora estes fatores não sejam focalizadas de modo frontal dentro do processo de acompanhamento dos projetos. Também, parece haver uma preocupação com o equilíbrio de participação em todos os eventos e capacitações promovidas pelo PPP-ECOS, bem como nas ações dos projetos que são beneficiados pelos recursos. De acordo com a equipe técnica do PPP-Ecos, além das especificidades culturais dos grupos atendidos o tema de gênero tem sido abordado nas reuniões de equipe e norteia as visitas de campo, que é uma peça-chave no sistema de monitoramento dos projetos.

Embora no processo de implementação do Projeto uma sensibilidade para questões de gênero se torne evidente nas posturas da equipe de *ISPN* e do *Comitê Gestor Nacional*, a falta de referências concretas para trabalhar com esta temática dentro dos documentos base (*PRODOC*, entre outros) dificulta a incorporação da perspectiva de gênero de forma mais sistemática dentro do conjunto dos projetos apoiados. Cumpre salientar que no *Marco Lógico*, que representa um retrato dos principais objetivos, metas e indicadores a serem avaliados ao longo do ciclo de implementação, testemunhamos uma dificuldade para contemplar as especificidades dentro dos grupos sociais.

Na parte que estipula os indicadores, a menção feita aos componentes “humanos” (e não meramente técnicos, como “níveis de carbono aumentados”; ou “aumento nas áreas de produção que alcançam standards e padrões de sustentabilidade”) é atrelada a categorias bem abrangentes, como “comunidades” e “famílias.” Embora a “família” represente a configuração, por excelência, que se responsabiliza pela sustentação de uma unidade de produção e consumo, o que

explica porque ela é vista como a forma legítima de representação dentro de Associações comunitárias, cooperativas e outras configurações organizacionais, muitas vezes encobre as expressões individuais de cada um dos seus integrantes (mulheres, jovens). Portanto, um desafio existente na gestão de projetos socioambientais se refere ao desmonte de alguns pressupostos que são subjacentes à conceituação de “família”, a partir de uma diferenciação entre as formas de participação dos homens e das mulheres, buscando indicadores e meios de verificação mais precisos que apontam a natureza dos aportes das mulheres especificamente nas ações previstas.

Agora passo a fazer uma análise mais detalhada de alguns aspectos dos pequenos projetos apoiados no âmbito do *Projeto atual de PPP-ECOS (BRA/12/G32)* durante o período de 2013-2018. Um total de 238 projetos protagonizados por organizações comunitárias representam o alvo de minha empreitada analítica, mas com base na metodologia proposta para análise do enfoque de gênero no *PPP-Ecos*, foram selecionados treze propostas¹⁰ para uma revisão mais minuciosa. A seleção destes projetos foi feita baseada nos seguintes critérios: projetos protagonizados por organizações ou grupos de mulheres; projetos que exemplificam “boas práticas” dentro do campo de ações voltadas para a promoção de relações sociais de gênero igualitárias; projetos que apresentam desafios para a incorporação da perspectiva de gênero, tais como problemas de representatividade, concentração de poder em poucas lideranças, dificuldades na implementação de atividades de natureza educativa ou organizativa que possam fortalecer os sujeitos envolvidos e especificidades culturais e/ou religiosas.

¹⁰ Os pequenos projetos que foram analisados durante a consultoria são listados a seguir: (i) “Ser Tão Raíz- Espécies, Pessoas e Cerrado” – BRA/15/23; (ii) “Fortalecimento Socioeconômico das Quebradeiras de Coco Babaçu pelo acesso aos mercados” – BRA/OP5/15/11; (iii) “Mulheres Guardiãs: valorizando os frutos do Cerrado.” - BRA/ OP51508; (iv) “Preservar é preciso” - BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/14/16; (v) “Disseminando Saberes” - BRA/OP5/15/24; (vi) “Resgate, aumento da produção e comercialização do sal de aguapé e da pimenta waurá” – BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/14/05; (vii) “Dialogos de Saberes Geraizeiros” - BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/13/22; (viii) “Óleos medicinais do Cerrado e Caatinga” - BRA/OP5/15/14:PACARI III; (ix) “Biodiversidade e Saúde” - BRA/SGP/OP5/FSP/ STAR/ 13/09; (x) “Mulheres na Caatinga” – BRA /15/31; (xi) “Capacitação e beneficiamento do pequi na comunidade Quilombola de Pontinha/MG” - BRA/OP5/15/05; (xii) “Pecuaría Gerazeira, Convivência com Fauna Nativa e Consolidação da Unidade Multiuso no Assentamento Americano” – BRA/14/04; (xiii) “Famílias Unidas por Renda Solidária e Sustentabilidade Local” – BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/15/26.

Dentro deste processo de análise, alguns pontos referentes à natureza dos projetos merecem destaque. Uma primeira observação se diz respeito à diversidade das iniciativas apoiadas pelo PPP-Ecos, desde projetos mais incipientes, que nunca receberam algum tipo de apoio institucionalizado, até projetos que apresentam uma maior complexidade, ao abrangerem articulações entre diversos grupos. Na primeira categoria mencionada cumpre salientar o Projeto “Disseminando Saberes”, apresentado pela Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade Canafistula, que representou um marco na trajetória de uma comunidade que não tinha experiência anterior no gerenciamento de equipamentos nem na comercialização dos seus produtos. Ao possibilitar a implantação da agroindústria de produção de polpas de fruta e propiciar o aumento na renda dos/as associados/as, este grupo comunitário, que não realizava nenhuma atividade produtiva de maneira organizada e nunca tinha recebido algum tipo de apoio financeiro, deu um salto de qualidade na estruturação do seu processo produtivo.

O projeto BRA/OP5/15/14:PACARI III, coordenado pela Articulação Pacari, se encaixa na segunda categoria mencionada: se caracteriza pela junção de diversos grupos que fabricam remédios caseiros, todos os quais são protagonizados por mulheres, voltados para o fomento de uma “rede” de organizações comunitárias que possa interferir na construção de políticas públicas em torno da sociobiodiversidade. Assim, embora o foco do PPP-ECOS seja o apoio à sustentação de processos comunitários locais que frequentemente, em função da informalidade dos grupos envolvidos e de sua escala de atuação não conseguem outros tipos de apoio financeiro, existe também uma preocupação com a articulação entre as iniciativas e com sua inserção em processos de incidência política a partir do apoio à projetos com uma maior amplitude de ação.

A segunda característica dos projetos analisados que merece ser ressaltada é a ênfase atribuída ao aumento da consciência ambiental a partir de ensinamento de boas práticas de manejo. Membros do grupo comunitário da comunidade quilombola de Pontinha/ MG, que focaliza a produção de pequi (BRA/OP5/15/05), a maior parte das quais são mulheres, mencionam o enfoque na valorização do cerrado trazido pelo projeto, o que abriu sua percepção para a necessidade de efetivar uma prática de extrativismo de pequi que garante sua continuidade ao longo prazo, na face das pressões exercidas por grandes empresas para desmatamento desta área.

No caso do *Projeto “Mulheres na Caatinga” (BRA /15/31)*, as lideranças mencionam nos seus depoimentos o impacto ocasionado pelo não uso de carvão, a partir da incorporação da tecnologia social dos “eco-fogões”, que busca diminuir a pressão da retirada de lenha para combustível sobre o frágil ecossistema da Caatinga, além de economizar o uso de óleo, gas e tempo no cozimento dos alimentos. Embora a tecnologia dos eco-fogões fosse introduzida em projetos anteriores no Pajeú, como o *Projeto Dom Helder Camara*, a equipe técnica do *Centro da Mulher do Nordeste*, uma ONG pernambucana com foco no feminismo e agroecologia, ressalta que o enfoque nos seus impactos ambientais foi um elemento novo trazido por *PPP-Ecos* que possibilitou ampliar a consciência das mulheres na importância do seu papel na conservação ambiental. O que se nota é um forte elo de conexão entre a preservação dos recursos ambientais e o papel desempenhado pelas mulheres na experimentação de determinadas tecnologias sociais, que, dependendo da abordagem adotada, contribui para seu empoderamento como sujeitos políticos e econômicos. Este ponto será mais aprofundado no Produto 3 desta consultoria, a partir da reflexão sobre lições apreendidas nos projetos analisados.

O terceiro traço dos projetos analisados que deve ser sublinhado se diz respeito à estratégia de fortalecimento da identidade visual dos produtos, que indubitavelmente tem repercussões sobre a construção da identidade dos grupos, enquanto “mulheres” que se agregam para qualificar sua produção. Nas entrevistas que foram efetivadas, lideranças de diversos grupos mencionaram a importância do trabalho que tem sido realizado por assessores/as no sentido de qualificar a produção das embalagens e dos rótulos, o que inevitavelmente contribuiu para subsidiar os processos de divulgação dos produtos em diversos nichos de mercado. Isso também tem despertado um interesse no universo digital como uma porta de entrada em outros mercados, na viabilização de estratégias inovadoras de comercialização.

No caso do Projeto da Articulação PACARI (*BRA/OP5/15/14*), por exemplo, o que se percebe é que a discussão sobre os principais símbolos que deveriam compor os logomarcas foi muito além de uma discussão meramente provida de conteúdo técnico, sendo uma forma criativa de aprofundar sobre a história, objetivos e representações dos grupos de mulheres, a partir de um gesto de afirmação de suas trajetórias coletivas. Resgatar e contar sua história, que em muitos contextos tem sido invisibilizada, e transformá-lá em formas de representação a partir dos produtos da

sociobiodiversidade, é um ato de empoderamento do protagonismo das mulheres que não deve ser subestimado.

Alguns elementos que favorecem abordagens que são sensíveis às relações de gênero dentro do PPP-ECOS (por parte da instituição de coordenação geral – ISPN e das organizações proponentes dos pequenos projetos) serão mencionados a seguir:

- (i) O recorte geracional de diversos projetos, fortemente enraizada na estratégia de transmissão de conhecimentos tradicionais de geração para geração:

A inflexão na troca de conhecimentos entre as gerações, a partir da figura feminina (mulher idosa/ anciã), é bastante acentuada em alguns projetos, como BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/14/05, protagonizado pela Associação Indígena Tulukai (AIT) e BRA/OP5/15/14 sob a coordenação da Articulação PACARI. Esta ênfase na transmissão inter-geracional de saberes e práticas tradicionais reforça o papel das mulheres idosas como “especialistas”, como no caso do Projeto coordenada pela AIT, onde as “anciãs” na aldeia são convidadas para ensinar táticas para triturar e armazenar a pimenta, um aspecto que é bastante ressaltado nos relatórios de monitoramento, que prescindem da necessidade de “assistência técnica” oriunda de uma organização parceira, já que contam com a bagagem e expertise dos atores locais. A postura adotada pela equipe, de que as anciãs são peças-chaves em uma espécie de assistência técnica, é bastante relevante, no sentido de valorizar a posição social das mulheres idosas dentro da estrutura da comunidade indígena e destacar sua contribuição na gestão da atividade produtiva.

Da mesma forma, no projeto coordenado pela Articulação Pacari, as pessoas idosas são vislumbradas como referências chaves nas ações do Projeto, principalmente quanto a disponibilização de conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento das cadeias produtivas dos óleos vegetais nas comunidades quilombolas. Este elemento da vinculação entre as gerações pode ser ressaltada mais ainda no caso do Projeto “*Dialogos de Saberes Geraizeiros*”, coordenado pelo EFA no Alto Rio Pardo/MG (BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/13/22), onde ao invés daqueles projetos mencionados anteriormente, são os jovens que exercem um papel de multiplicação (muitos dos quais são “meninas”), a partir da implantação de unidades de produção agroecológica diversificada. A ação sugerida neste tipo de projeto, uma vez que o EFA é um dispositivo potente para a demonstração de aprendizados ao

nível territorial, poderia ser melhor potencializada se houvesse uma maior inflexão no potencial de replicação das práticas a partir da interação entre estes jovens e suas mães dentro das propriedades e nas áreas de residência dos alunos.

(ii) Fomento de intercâmbios entre grupos e processos de articulação política:

ISPIN tem fomentado processos de articulação dos pequenos projetos com outras possibilidades de apoio, por meio da disseminação de informações sobre outros editais em um site criado para esta função: o CAPTA. De acordo com a coordenadora do ISPIN, Isabel Freitas, dentro deste leque de possibilidades apresentadas, o ISPIN mapeia editais específicos para mulheres e divulga estas informações para os diversos grupos com quais relaciona.

A disponibilidade de ISPIN para expor os grupos a outras experiências também inclui a promoção de intercâmbios ou o estímulo à participação em eventos de articulação política, como a *Marcha das Margaridas* e o *ENA – Encontro Nacional de Agroecologia*. Cumpre salientar a importância de um intercâmbio que foi realizado nos dias 6 e 7 de março de 2018 entre duas iniciativas protagonizadas por grupos de mulheres: a *Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais e Artesanais de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino (AMERA)* e grupos de mulheres lideranças apoiadas pela *Casa da Mulher do Nordeste (CMN)*. Durante esta visita de intercâmbio, companheiras da AMERA visitaram experiências de convivência com o Semiárido das agricultoras do sertão de Pernambuco, o que possibilitou o conhecimento de diferentes estratégias para o empoderamento das mulheres rurais, como a capacitação de mulheres como “pedreiras” para viabilizar a implementação de eco-fogões.

Cumpre salientar que a ampliação dos contatos dos grupos com diversas experiências e possibilidades de articulação é uma medida extremamente importante para o público envolvido, especialmente para as mulheres, que tradicionalmente não foram encorajadas a ocupar espaços públicos e se deslocarem para atividades fora do âmbito da comunidade local. Uma ressalva que se faz neste sentido é em relação à importância de garantir que estas medidas sejam acompanhadas por ações afirmativas que possibilitem a participação das mulheres em outros espaços e atividades, a partir da socialização do trabalho de “cuidados” e a divisão das tarefas domésticas.

(iii) Construção de uma estratégia da comunicação social:

Um dos destaques do *PPP-Ecos* é a produção de materiais de comunicação bastante qualificados sobre as questões que atravessam os projetos apoiados. Alguns destes produtos, como a publicação sobre Pequenos Projetos Ecosociais de Quebradeiras de Coco Babaçu (<http://www.ispn.org.br/cartilha-quebradeiras-de-coco/>), que enfoca a importância das mulheres na cadeia produtiva do babaçu, e o Portfolio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia, que inclui um capítulo específico intitulado "Mulheres rurais: entre protagonismos e invisibilidades" (<http://www.ispn.org.br/portfolio/>), com o objetivo de evidenciar os desafios do papel da mulher no campo, merecem destaque. Recomenda-se que esta linha de ação dentro do PPP-Ecos – a produção de publicações e outros produtos de comunicação social – seja reforçada, tendo um aporte maior no protagonismo das mulheres e seu engajamento em diversas interfaces temáticas (agroextrativismo; populações tradicionais; saúde; biodiversidade).

Embora o projeto atual do PPP-Ecos, BRA/12/G32 esteja na fase de finalização, algumas considerações devem ser ponderadas para garantir um enfoque de gênero nos pequenos projetos a serem apoiados durante o próximo ciclo de financiamento do GEF:

- A promoção de intercâmbios entre grupos de mulheres apoiados por PPP-Ecos deve ser estimulada para fortalecer os processos de auto-organização, o que representa um passo fundamental na conquista de sua autonomia econômica e política. Deve haver uma linha específica para tal atividade dentro do novo edital, a ser lançado no futuro próximo;
- *O Programa de Assessoria entre Comunidades: Multiplicando Saberes e Sabores – PAEC¹¹*, que foi realizado junto às comunidades tradicionais do Cerrado no período de 2011 e 2012 com recursos de contrapartida da

¹¹ Tal programa visa formas de promover e melhorar os sistemas produtivos tradicionais a partir dos princípios de participação e empoderamento, tendo como foco os líderes comunitários que “falam a mesma língua” das comunidades. Por meio da adaptação do modelo metodológico *‘De campesino a campesino’*, desenvolvido pela agência de cooperação internacional Pão para o Mundo – PPM, esta experiência pretende fomentar trocas de experiências comunitárias no bioma Cerrado. (Documento Interno: PROJETO FLORELOS, 2011)

União Europeia, deve ser retomado no próximo ciclo de projetos com alguns ajustes, principalmente a partir da incorporação do enfoque de gênero na concepção metodológica que norteia sua implantação. A estratégia de valorizar uma pessoa da localidade, como detentora de conhecimentos tradicionais, que visita as propriedades e dissemina práticas sustentáveis, é bastante valiosa, no sentido de potencializar o fortalecimento dos elos comunitários e a gestão das atividades produtivas. O que se sugere é que se o *PAEC* for implementado novamente, as mulheres sejam priorizadas como protagonistas das ações de multiplicação, já que muitas mulheres nas comunidades são lideranças inatas nos âmbito familiar e comunitário, mas muitas vezes não são reconhecidas como tais dentro das estruturas organizacionais. Nas Associações Comunitárias, ainda se vê uma predominância masculina na ocupação dos cargos. O reconhecimento das mulheres como lideranças dentro de um programa como *PAEC* será uma forma de ressaltar suas capacidades e tornar suas contribuições específicas nas ações socioambientais mais visíveis.

- Recomenda-se que *PPP-Ecos* lance editais específicos para comunidades tradicionais nas quais haja indícios de uma forte liderança das mulheres, dando destaque ao papel das mulheres extrativistas na preservação da biodiversidade local.
- Recomenda-se que haja uma re-formulação no sistema de monitoramento de modo que algumas mudanças nas relações sociais de gênero possam ser acompanhadas ao longo do período de execução dos pequenos projetos. A medição da participação, em termos quantitativos, embora seja um indício do processo de empoderamento das mulheres dentro dos processos, não dá condições para uma análise mais aprofundada. Recomenda-se que alguns outros indicadores que indicam mudanças na qualidade da participação das mulheres, como por exemplo, uma estimativa da quantidade de mulheres que participam da gestão das organizações comunitárias, que será dimensionado concretamente pela ocupação de cargos por elas e/ou sua

participação na tomada de decisões nas reuniões e Assembléias, sejam acrescentados à tabela de indicadores que consta nos relatórios.

Outra sugestão é que haja um investimento na sistematização das informações angariadas nestes relatórios (e nas tabelas preenchidas), de modo que conclusões possam ser tiradas ao respeito das mudanças que ocorreram nas relações sociais de gênero ao longo do período de execução dos projetos. Isso permitirá incorporar a dimensão temporal, um fator importante quando se propõe fazer uma análise de gênero em qualquer projeto de intervenção na realidade socioambiental.

No final deste Relatório, recomendações mais gerais sobre a qualificação dos sistemas do monitoramento dos projetos apoiados por GEF serão expostas, uma vez que a natureza dos indicadores utilizados e os métodos para aferir mudanças no campo social são pontos frágeis que possam ser detectados no conjunto de projetos analisados.

3.3 Projeto Bem Diverso: BRA/14/G33

Como se percebe nos outros projetos apoiados por GEF, não há indicação no *PRODOC* de nenhuma intencionalidade no que tange à estratégia de gênero. Tampouco se vê propostas que propõem incluir mulheres ou meninas nas ações do projeto como beneficiários diretos ou alcançar seu empoderamento por meio de ações afirmativas. Nos itens 115 e 116 do *PRODOC* alguns pontos são levantados sobre a importância do papel das mulheres no manejo de PFNM e no desenvolvimento de sistemas agroflorestais e também ponderações são feitas sobre a exclusão delas de processos e decisões que tratam do uso e manejo de recursos naturais. Também, algumas orientações estratégicas para as atividades são mencionadas, mas são bastante imprecisas e gerais. Lamentavelmente, tais considerações não se integram às metas e estratégias estipuladas no Marco Lógico, o que dá sustentação para o Projeto e é determinante na condução do processo de implementação.

No Marco Lógico apresentado no *PRODOC*, os indicadores são formulados sem considerar o impacto das ações propostas sobre segmentos que se agregam dentro do Projeto (mulheres, jovens e grupos étnicos), os quais são agrupados embaixo das categorias mais genéricas como “população alvo”, “produtores”, “territórios da cidadania”, “Unidades de conservação (UCs)”, “Associações”, “cooperativas.”

“Comunidades tradicionais” ou “povos tradicionais” é um termo bastante utilizado no texto do Projeto, até por ser um público prioritário para a focalização e replicação das “práticas produtivas sustentáveis” dentro dos territórios escolhidos para intervenção. Logo, a questão da etnicidade como fator de agregação social é mais ressaltada no escopo do Projeto que a identidade de gênero. No entanto, a relevância de gênero, como tema central dentro de um projeto como este, que se organiza a partir de uma estratégia de desenvolvimento territorial, é evidente, em função do papel que as mulheres exercem na transmissão de saberes tradicionais acerca do manejo sustentável dos sistemas agroalimentares nos diversos ecossistemas.

Algumas características do Projeto favorecem a inclusão social, como a primazia atribuída à ação localizada, a partir da construção de planos de ação que não são uniformes, mas que são ajustados de acordo com a realidade de cada território, cada um dos quais se situa dentro de distintos biomas. Isso possibilita que a gestão das unidades demonstrativas, por exemplo, não seja padronizada, mas que varia de acordo com as especificidades locais. Estes modos de operacionalização proporcionam uma maior participação de alguns segmentos (mulheres, grupos étnicos). Sendo assim, a implementação de medidas que possibilitam a participação das mulheres para engendrar dinamismo ao nível territorial é fundamental, na perspectiva de garantir a sustentação e reprodução (social e ambiental) de suas famílias e conseqüentemente do entorno que as rodeia.

A diversidade de atores sociais engajados nas ações do Projeto ao nível territorial, desde o agrupamento de *stakeholders* que participam diretamente da implementação do Projeto (EMBRAPA, MMA, MDA, MDS, MAPA, CONAB, ICMBio, SFB, ANATER, OEMA), até as *organizações parceiras* (OSCs, Cooperativas, Sindicatos e Associações de Trabalhadores, Empresas privadas e bancos), também representa uma de suas fortalezas, uma vez que possibilite uma maior amplitude nos temas abordados e uma maior eficácia no alcance das intervenções realizadas. Espaços criados no âmbito dos territórios, como os “Comitês Locais”, poderão contribuir para um maior sinergismo entre os Objetivos do Projeto e os Planos locais, além de somar com os investimentos existentes ou planejados pelas organizações parceiras e beneficiários. Nestas instâncias, que procuram exercitar a gestão democrática de recursos monetários e não monetários, é preciso criar arranjos que permitem o surgimento de novas lideranças, a circulação de poderes e a representação igualitária de homens e mulheres. Garantir a presença ativa de

mulheres agricultoras e extrativistas nos espaços de articulação, tais como Colegiados e Comitês territoriais, Fóruns de Economia Solidária e outros espaços para discussão e gestão de políticas públicas é uma medida elementar para o empoderamento das mulheres, enquanto sujeitos políticos.

Embora a questão de gênero não esteja pautada nos documentos de referência (*PRODOC*, *PIRs*, planos de trabalho dos territórios), em algumas frentes percebe-se que houve avanços, e tais ações devem ser fomentadas no próximo ciclo de implementação do Projeto *Bem Diverso*. Uma destas frentes se refere à internalização da temática na vida institucional da Embrapa, a organização que assume liderança no que diz respeito às responsabilidades técnicas dentro das diversas regiões. Neste sentido, cumpre salientar a iniciativa de integrantes da Embrapa, de coordenar 02 atividades voltadas para discutir questões de gênero: (i) uma oficina realizada com lideranças e técnicos de diversas organizações de referência (julho/ 2017); (ii) um Seminário que aconteceu dentro do Encontro Anual do Projeto Bem Diverso (dez/ 2017). Estas atividades específicas foram passos fundamentais no processo de preparação de uma Oficina temática focada na “Autonomia Econômica das Mulheres nas Cadeias Produtivas”, projetada para ser realizada no futuro próximo, envolvendo o público alvo (agroextrativistas, representantes dos PCTs).

É importante que os indícios de organização em torno desta temática sejam consolidados, sendo que o foco deve ser a elaboração de estratégias que se vinculam aos planos de ação nos territórios. Os vários agentes engajados no projeto devem ser sensibilizados para desenvolver um novo olhar sobre as particularidades das cadeias agroextrativistas a partir das perspectivas daqueles/as que as integram: um olhar que deve permear as ações de diagnóstico, capacitação e a construção de plataformas.

Ações espontâneas protagonizadas por grupos e associações com uma maior porcentagem de mulheres na sua composição tem contribuído para seu empoderamento, a partir da construção de planos de ação que tem como ponto de partida as demandas locais. Neste sentido, cumpre salientar algumas ações que foram realizadas no âmbito do Projeto, como o “I Workshop da Cadeia Produtiva do Açaí/ Boas Práticas¹² de Processamento” que ocorreu nos dias 14 e 15 de setembro de 2016

¹² Merece destaque aqui a definição disseminada de “boas práticas”, que norteia este tipo de atividade educativa: “São recomendações e cuidados aplicados durante a produção e o preparo dos alimentos para que estes sejam seguros e busca identificar e controlar os perigos em todos os elos da cadeia produtiva de açaí, desde a escolha dos cachos para colheita, no transporte e no comércio dos frutos e, posteriormente, no seu preparo pela bateadeira artesanal e no processamento do açaí pelas

em Breves – Marajó/PA, envolvendo um total de 70 pessoas, a maior parte das quais eram mulheres “batedoras” de acai. Construir uma atividade como esta, com foco na figura do/a “batedor/a de acai”, um papel desempenhado principalmente pelas mulheres na fase de beneficiamento e processamento artesanal do acai, não deixa de ser uma forma de afirmar sua responsabilidade na garantia da segurança e qualidade deste produto dentro desta cadeia produtiva. A afirmação do seu protagonismo nestes processos produtivos é um elemento chave para seu empoderamento, mas indubitavelmente, se um enfoque de gênero tivesse sido incorporado na ação proposta, as repercussões teriam sido mais potentes e duradouras, levando à busca de soluções para superar entraves na participação feminina no campo produtivo e integrar ambos os sexos nos diversos trabalhos que compõem as fases da cadeia produtiva de acaí.

A visita de uma quebradeira de Coco Babaçu do TC Médio Mearim para o TC Sertão São Francisco, onde ela contou sua história de luta pela lei do babaçu livre para mulheres extrativistas de Licuri (agosto/ 2017), também foi fundamental para fortalecer seus processos organizativos. Além disso, cumpre ressaltar uma proposta de intercâmbio levantado pelo grupo de mulheres da Resex Chico Mendes do TC Alto Acre e Capixaba, que almeja visitar a cooperativa de mulheres em Rondonia, responsável por fabricar produtos com base em castanha. Tal proposta nasceu a partir do seu interesse em conhecer esta nova empreitada e integra-lá no seu plano de trabalho ao nível territorial. Os intercâmbios entre grupos de mulheres inegavelmente contribuem para seu empoderamento dentro dos processos de agroextrativismo local e regional, e tais oportunidades podem ser potencializadas no intuito de fomentar experiências inovadoras e sistematizar “boas práticas” dentro dos territórios.

Não há sinais de ações de apoio aos processos de auto-organização das mulheres nos *Planos de Trabalho* dos territórios, e tampouco é possível perceber se existem demandas concretas neste sentido, embora muitas vezes estas demandas possam ser latentes e portanto, precisariam apenas ser impulsionadas. Porém, merece destaque o caso do Território do Alto Rio Pardo, onde tem surgido a demanda de trabalhar com um grupo de mulheres ligados ao STR do Rio Pardo/MG. De acordo com um integrante da equipe técnica, está sendo desenvolvido um *Plano de Ação* com

agroindústrias.” (Folder com Programação do “I Workshop da Cadeia Produtiva do Açaí”, setembro/2016)

este grupo de mulheres a partir de um eixo¹³ inspirado na “construção de sua narrativa”, como um componente chave na costura da “narrativa do lugar” - concebido como um lugar de enraizamento da categoria identitária dos/as gerazeiros/as.

Algumas atividades que estão previstas no Projeto e que nos territórios Marajó e Alto Rio Pardo já estão em andamento, como os “Diagnósticos Sociais”, empregam abordagens metodológicas que favorecem o levantamento de informações sobre os papéis dos homens e das mulheres dentro as cadeias produtivas. Possibilitam perceber as dinâmicas que as atividades agroextrativistas provocam nas famílias, tanto em termos monetários (gestão da renda) quanto em termos sociais (divisão de tarefas, uso dos tempos, relação entre trabalhos realizados nos campos produtivo e reprodutivo, etc.) No entanto, embora a abordagem metodológica utilizada facilite este olhar para as diferenciações entre homens e mulheres no que diz respeito às suas funções dentro dos processos agroalimentares, se não houver um cuidado para examinar estas dinâmicas interpessoais (que são ligadas às relações de poder) logo após o levantamento inicial, e incorporar estas percepções nas outras ações previstas no projeto, dificilmente será possível aproveitar deste diagnóstico para adotar um tratamento transversal de gênero no projeto na íntegra.

A valorização de diversas configurações organizacionais, como “cooperativas”, muitas das quais atestam uma participação expressiva das mulheres, como é o caso das Cooperativas *COOPAB - Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas de Agua Boa* e *COOPAVI – Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas Veredas Funda CTDA* no território do Alto Rio Pardo/MG e *ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado de Maranhão*, merecem destaque no escopo do Projeto, já que favorecem a inclusão social. Algumas práticas que contribuem para uma maior democratização na gestão de poder dentro destas cooperativas serão citadas no Relatório sobre as “boas práticas” (Produto 3).

Também, estratégias de comunicação social que vem sendo utilizadas em alguns territórios fazem uso de ferramentas valiosas para aumentar o engajamento dos diversos segmentos das comunidades locais, dando visibilidade às ações educativas,

¹³ De acordo com a Consultora em “Estratégias de Atuação”, Simone Mazer, no território do Alto Rio Pardo, o trabalho é orientado por 5 eixos principais ao nível local, um dos quais é “a Construção da Narrativa.” É neste eixo que tem sido enquadrado o trabalho de assessoria e apoio ao grupo de mulheres citado no texto.

facilitando a circulação de informações e fornecendo insumos para o sistema de monitoramento e avaliação das ações. Neste sentido, merece destaque a construção de uma rede de *jovens comunicadores* no território do Alto Rio Pardo, a maior parte dos quais são meninas. Se tornaram uma espécie de “cartilha humana”, uma vez que atuam fortemente no repasse das informações por meio de processos dinâmicos de divulgação, facilitando o intercâmbio entre as diversas gerações na comunidade local. Embora algumas mulheres tenham dificuldade para se engajar diretamente nas ações, conseguem acompanhar os processos a partir destes repasses. Esta estratégia está sendo replicada na região de Caatinga, a partir da atuação de IRRPA.

Algumas recomendações para potencializar a incorporação do enfoque de gênero nas ações do Projeto no próximo período de sua implementação até sua conclusão, serão mencionadas a seguir:

(i) Garantia da incorporação do enfoque de gênero em abordagens e instrumentos metodológicos:

Nenhuma abordagem metodológica é neutra, uma vez que se insere dentro de um projeto político mais abrangente que concede uma sensação de coesão e uniformidade aos processos educativos e organizativos. Qualquer ação exerce efeitos sobre o alvo de sua intervenção, a partir das intenções que motivam a implementação das abordagens. Levando em consideração esta ótica sobre o papel das metodologias dentro de um projeto, é recomendável que sejam feitos alguns ajustes nas abordagens metodológicas que vem sendo empregadas até o momento atual para que provoquem problematizações acerca da posição social das mulheres dentro das ações socioambientais, além de proporcionar novas formulações e proposições sobre o tema, seja por meio de ações de diagnóstico, seja por meio de ações de capacitação.

Por exemplo, é imprescindível garantir a incorporação do enfoque de gênero nas abordagens e instrumentos metodológicos (ex: DRP) que norteiam as ações implementadas nos territórios. Outra prioridade é trabalhar com a formulação de protocolos comunitários para manejo sustentável das SAFs, como está previsto no plano de ação do TC Medio Mearim, que ressaltam o papel das mulheres como detentoras de conhecimento popular nas cadeias agroextrativistas.

Um terceiro desafio se refere à incorporação do enfoque de gênero nos *Acordos de Uso de Recurso*, consolidados a partir de negociações envolvendo comunidades, órgãos governamentais, agricultores/as e empresas privadas com o principal objetivo de permitir que os/as extrativistas de PFNM tenham acesso a recursos em bases sustentáveis dentro de áreas comuns e UCs, além de áreas de extração (RESEX, terras comunitárias em assentamentos). Nestes acordos pilotos, que devem ser elaborados para cada bioma dentro da área de abrangência do *Projeto Bem Diverso*, percebe-se a necessidade de ressaltar o papel das mulheres nos processos de identificação e extração das espécies e na gestão dos recursos naturais.

Os *Acordos de Uso* criados em áreas mais restritas de preservação ambiental (ex: RESEX), devem levar em consideração as comunidades no entorno que podem se agregar ao grupo de produção a partir de contrapartidas (ex: ofertas de frutas para grupos que não possuem determinadas espécies), possibilitando uma expansão das possibilidades de trabalho que vão além das fronteiras de “comunidades” e “grupos” stricto sensu. Neste processo dinâmico, enraizado na troca de insumos, produtos e bens para potencializar os processos produtivos, o que não deixa de ser um traço “milênar” das sociedades tradicionais, as mulheres desempenham um papel protagônico. Logo, devem ser incentivadas a canalizar seus conhecimentos e aptidões na construção de modelos de gestão socio-ambiental que se nutrem de trocas solidárias.

(ii) Sensibilização e capacitação da equipe técnica em gênero e nas suas interfaces temáticas: Recomenda-se investir esforços na sensibilização da equipe de Embrapa e a estruturação de uma política de gênero dentro da empresa. Para possibilitar a implementação de algumas medidas voltadas para questões de gênero dentro dos planos de trabalho nos territórios, é importante primeiramente sensibilizar as equipes executoras na temática. Recomenda-se que seja desenhado um plano de capacitação (estruturado em vários módulos) para a equipe técnica de Embrapa e das organizações parceiras (ANATER, EMATER, CONAB, ONGs regionais), com o objetivo de abordar os temas centrais do Projeto (produção sustentável de PFNM e SAF; salvaguardas ambientais; boas práticas de manejo; questões legais e sanitárias da produção e comercialização; e mercados públicos e privados para comercialização) a partir do enfoque de gênero.

A transversalidade do enfoque de gênero dentro de um processo de formação pressupõe que não haja uma separação entre os temas enquadrados como “técnicos” e as dimensões “sociais” que são subjacentes à eles. A ação *treinamentos ou capacitações para os serviços de extensão* está prevista no Projeto, (*Produto 1.3: “Prestação de serviços de extensão e capacitação de pequenos agricultores rurais em boas práticas, salvaguardas e acesso a mercados para PFNM e SAF”*, PRODOC, p. 48) mas cabe aqui a sugestão de re-ver os conteúdos e as abordagens metodológicas que perpassam estes treinamentos, fazendo os ajustes necessários para que este programa de capacitação seja permeado por uma ótica de gênero.

(iii) Experimentação e aprimoramento de inovações tecnológicas a partir do enfoque de gênero: Percebe-se que para Embrapa, a principal organização executora nos territórios da cidadania onde existem os focos centrais das ações do Projeto, o desenvolvimento de tecnologias é um dos pilares que possibilita o aprimoramento no processamento dos produtos da sociobiodiversidade. Indubitavelmente, este aporte representa uma das fortalezas da proposta de intervenção. No entanto, na discussão sobre as tecnologias indicadas para cada processo produtivo, é importante contextualizar o uso das mesmas, se atentando para diversos fatores que pesam na decisão sobre sua adequação para cada contexto socioambiental. Ao enfrentar os gargalos tecnológicos que dificultam os processos de comercialização dos produtos (um desafio que tem sido enfrentado a partir da assessoria da Embrapa), deve haver um cuidado para questões de gênero que interferem no uso das tecnologias. Neste sentido, a natureza da carga de trabalho das mulheres e as fragilidades e fortalezas que interferem na sua rotina cotidiana devem ser assuntos focados.

Também, questões que podem atravessar a vida social (em grupo) devem ser ponderadas: por exemplo, algumas tecnologias levam à individualização, tirando a possibilidade de construir espaços de convivência a partir dos trabalhos realizados coletivamente. Isso foi uma das questões levantadas em uma das entrevistas que tive com o Assessor Técnico do Projeto, ao comentar sobre a proposta de introduzir um equipamento para quebra de babuacu na rotina do grupo de mulheres que trabalha com o coco babuacu. De acordo com ele, o momento de quebra do babuacu de forma manual, com pedra ou facão, é celebrado pelas mulheres como uma oportunidade para socialização e convívio, de modo que colabore na construção de vínculos. Deve haver

espaço para este tipo de reflexão a partir das discussões sobre as implicações da aplicação das tecnologias nos âmbitos familiar e comunitário.

(iv) Priorização de circuitos curtos de comercialização que possibilitam a maior participação das mulheres: Diante dos desafios para inserção dos produtos nos circuitos de comercialização e na face dos cortes nos apoios institucionais como PAA e PNAE, é importante incentivar os processos que promovem a conexão direta entre consumidores e produtores (venda direta). Favorecem uma interlocução mais direta das mulheres com os espaços de comercialização e com os/as consumidores/as sem a ação intermediária de atravessadores, de modo que fortaleçam su autonomía económica y política.

As “feiras livres” devem ser incentivadas, uma vez que, além de ser espaços que constroem vínculos entre consumidores/as e produtores/as, se constituem enquanto espaços que proporcionam oportunidades para a socialização, disseminação de informações e educação comunitária, tendo um papel importante na conscientização sobre os valores imbutidos nos produtos postos a venda. As feiras indubitavelmente são um dispositivo muito presente na cultura popular, mas recomenda-se ampliar seu alcance a partir de um processo de articulação política que busque a visibilidade de produtos diferenciados, como os produtos derivados de frutas nativas cultivadas de forma agroecológica, como umbu e acaí.

Cabe também o desafio de incidir sobre a questão da legislação sanitária e avançar na certificação participativa, medidas que facilitarão a inserção dos grupos produtivos, especialmente aqueles que são informais (e que tendem a ser predominantemente femininos), nos circuitos curtos de comercialização. Estas medidas devem ser complementadas por uma outra abordagem prevista no Projeto, que tem como foco principal o desenvolvimento de termos favoráveis de crédito bancário e assistência técnica para produtos da sociobiodiversidade. Novamente aqui cabe o desafio de ampliar o acesso das mulheres tanto às possibilidades de crédito bancário quanto aos serviços de assistência técnica, dos quais muitas vezes elas são excluídas ou quando são incluídas de alguma forma, seus interesses tendem a ser relegados ao segundo plano, em detrimento da predominância dos “interesses coletivos.” As recomendações feitas para os bancos nos processos de negociação devem considerar os interesses do público feminino, de modo que as propostas de

inclusão de novas linhas de crédito e de superação de obstáculos ligados aos mecanismos financeiros (ex: DAP) sejam sensíveis às particularidades vivenciadas pelas mulheres nos âmbitos familiares e comunitários.

A proposta dos “plataformas”,¹⁴ uma ação inusitada dentro deste projeto que propõe conectar os fornecedores e os compradores visando a melhoria dos canais de comercialização de PFMN entra em sintonia com estas proposições, ao proporcionar uma conexão direta entre os atores envolvidos sem a interferência dos atravessadores/as, mas precisam ser desenhados tendo em vista as potencialidades e limites da participação feminina.

(v) Ajustes na abordagem das “Unidades demonstrativas” a partir do enfoque de gênero:

O dispositivo da “unidade demonstrativa” facilita o maior engajamento dos diversos integrantes das famílias e das comunidades, especialmente quando as “boas práticas” de manejo (por exemplo os SAFs) são aprimoradas dentro destas UD levando em consideração os diferentes tipos de contribuições disponibilizados por cada um/a dos atores envolvidos/as. Sugere-se que algumas “boas práticas” voltadas para a preservação da biodiversidade que realçam a participação feminina, como o armazenamento e troca de sementes, sejam abordadas com mais ênfase. Dentro do sistema de monitoramento das unidades demonstrativas, (ex: “unidade de aprendizagem de fruticultura de sequeiro” em TC Sertão São Francisco”) deve haver uma atenção para os indicadores quantitativos e qualitativos que aferem mudanças nas relações sociais de gênero. Meios de comunicação social devem ser canalizados para subsidiar o monitoramento destes resultados e garantir a eficácia de sua disseminação para os distintos públicos de forma mais ampla.

(vi) Diagnóstico e planejamento das cadeias agroextrativistas a partir da ótica de gênero:

¹⁴ Dentro do projeto, no Resultado 2.2 do PRODOC, existe a previsão de criar um plataforma em cada bioma, composto por agências do governo, o setor privado, associações e cooperativas de produtores voltados para “coordenar e melhorar os esforços públicos e privados existentes que visam melhorar a produção sustentável nos TCs. “ (PRODOC, p. 52) Plataformas constituem uma estratégia para “conectar os fornecedores aos compradores para permitir economias de escala e a previsibilidade da renda.” (PRODOC, p. 52)

As cadeias agroextrativistas apresentam diversos cenários e configurações: em algumas cadeias agroextrativistas, como Licuri e Umbu na Caatinga, nota-se uma participação equilibrada entre homens e mulheres, enquanto em outras cadeias, como Açaí, as mulheres estão presentes apenas na etapa de beneficiamento, se ausentando do processo de colheita. Estas considerações raramente são integradas nas ações de diagnóstico e capacitação dentro dos projetos socioambientais, uma vez que a preocupação com a resolução dos entraves de cunho “técnico” predomina, no intuito de qualificar os processos produtivos para possibilitar o escoamento dos produtos nos circuitos de comercialização. Embora esta preocupação com o aprimoramento da produção em termos técnicos faça sentido, esta “falsa” dicotomia entre questões de cunho técnico e questões enquadradas como “sociais” dificulta o êxito dos empreendimentos econômicos.

Portanto, sugere-se que as particularidades de diversas cadeias produtivas (castanha, açaí, etc.) sejam abordadas a partir da perspectiva de gênero, de modo que, dentro das ações de capacitação, seja possível identificar os diferentes tipos de participação de cada ator social nas suas distintas fases e aprofundar sobre seus aportes, suas limitações e suas potencialidades. Tal levantamento permite identificar os fatores que impedem a integração entre ambos os sexos dentro das cadeias agroextrativistas, visando a melhor operacionalização das atividades produtivas. Fatores como a conciliação das tarefas nos campos produtivo e reprodutivo e o trabalho dos cuidados de terceiros (doentes, idosos, crianças) devem ser considerados no planejamento do trabalho dentro das associações e cooperativas, de modo que o uso dos tempos possa ser melhor dimensionado para evitar a sobrecarga de tarefas, excessivos níveis de estresse e investimentos indevidos em determinados elos dos processos produtivos. Assim, o planejamento das cadeias agroextrativistas deve ser alicerçado na problematização das bases da divisão sexual de trabalho, de modo que haja um cuidado para calcular o uso dos tempos fora do âmbito produtivo, na procura de maiores complementariedades no exercício das funções.

3.4 Projeto “Manejo do Uso Sustentável da Terra no Semiárido do Nordeste Brasileiro” - BRA/14/G32

Este projeto prioriza o desenvolvimento de uma estratégia chamada de URADs – “Unidades de recuperação de áreas degradadas”, voltada para a recuperação de áreas degradadas com tecnologias sociais de baixo custo em algumas áreas de Sergipe, com a intenção de expandir e replicar estas práticas em outros estados da região semiárido do Nordeste Brasileiro. Na área piloto escolhido – 01 comunidade rural e 03 assentamentos de reforma agrária no estado de Sergipe - a intervenção é embasada em uma abordagem que conjuga três componentes: “social”, “ambiental” e “produtivo”, sem dissociar um do outro. A implementação de cada uma delas é efetivada de forma complementar, o que possibilita um olhar multifacetado para os fenômenos sociais, ambientais e produtivos, visando a otimização das estratégias utilizadas.

Uma fortaleza bastante notável no Projeto é o incentivo ao manuseio de uma diversidade de tecnologias, tais como: fogões ecológicos; barragens sucessivas de cordões de pedras e barragens subterrâneas; unidades sanitárias; sistemas de captação e abastecimento de água pluvial; tecnologias de dessalinização e reuso de água, além de técnicas adequadas para recuperação de matas ciliares e nascentes e recuperação de solos. Também, destaca-se a ênfase na implantação de unidades produtivas familiares e comunitárias (avicultura; horticultura com abordagens agroecológicas; integração lavoura pecuária floresta - ILPF). Um diferencial nesta abordagem metodológica é que as tecnologias são abordadas de maneira integrada, de modo que as famílias que acessam água via as cisternas também são estimuladas a discutir a recuperação das nascentes e o manejo do solo. Outro ponto positivo que facilita o engajamento dos membros da comunidade local na replicação das tecnologias é o fato de que as entidades executoras estimulam o uso da mão de obra local para sua implementação.

Em relação ao enfoque de gênero dentro das abordagens das respectivas tecnologias, cumpre salientar que no PRODOC, a tecnologia dos “fogões eco-eficientes” é introduzida com a justificativa de que “reduz tanto o peso da lenha coletada por mulheres”, quanto o tempo gasto para tal coleta. (PRODOC, p. 53) O Prodoc também cita a escassez da água como algo que interfere nas condições vividas pelas mulheres nas comunidades locais, o que se torna um gancho importante para a discussão da relevância de tecnologias para captação e armazenamento da água. É interessante notar que estas duas tecnologia são concebidas a partir dos benefícios que provocam na vida das mulheres, enquanto nenhuma das outras tecnologias cita a ligação entre as condições vividas pelas mulheres e seu grau de eficácia.

O coordenador da organização Centro Dom José Brandão de Castro - CDJBC, João Alexandre, que se envolve diretamente na execução das ações, mencionou na entrevista que teve com ele que as mulheres tendem a se envolver mais ativamente nas atividades ligadas à construção de eco-fogões e cisternas, que ocorrem em espaços ao redor da casa, como o quintal, nos quais predominam as mulheres, enquanto nas atividades relacionadas com SAFs e ILPFs, embora haja a participação das mulheres, contam com uma participação mais expressiva dos homens. Ele aponta para o desafio de quebrar com esta separação entre os sexos nos processos de implementação das tecnologias. Existe o esforço, por parte das duas organizações executoras, de não reforçar estereótipos dentro das abordagens, no sentido de não restringir a discussão acerca dos eco-fogões apenas às mulheres, mas de envolver ativamente a unidade familiar como um todo.

Nos planos dos cursos que foram realizados desde o início da contratação de uma das ONGs executoras (SASAC - Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural), percebe-se a incorporação do enfoque de gênero nos conteúdos abordados a partir de debates promovidos sobre feminismo e agroecologia e a divisão sexual de trabalho. Embora técnicos/as entrevistados/as desta organização e da outra que foi contratada para efetivar uma execução direta na área de intervenção - CDJBC – demonstrem uma sensibilidade para questões de gênero e enfatizem a importância de envolver todos/as nas atividades educativas e organizativas (com foco nas “famílias”), não foi possível perceber de que modo as abordagens sobre as “tecnologias sociais” – que é a principal ferramenta utilizada na implementação das URADs – incorporam o enfoque de gênero nas abordagens adotadas tanto nas oficinas quanto nas visitas de campo.¹⁵ No entanto, nos depoimentos das mulheres dentro do vídeo produzido pelo Projeto, percebe-se nitidamente o nível de empoderamento delas a partir das ações propostas.

No decorrer de uma entrevista, o coordenador do CDJBC, João Alexandre, fez uma sugestão bastante pertinente sobre a importância de incluir algumas medidas que pudessem incentivar a incorporação do enfoque de gênero nos trabalhos realizados

¹⁵ A dificuldade para verificar a natureza das abordagens empregadas no plano de intervenção das organizações executoras neste projeto está relacionada com as condições da consultoria realizada. Como foi explicitada na introdução, primazia foi atribuída à análise documental, a partir de um enfoque “etnográfico.” Não foi possível realizar visitas de campo para as regiões nas quais as ações foram implementadas, o que impede uma avaliação mais aprimorada das abordagens metodológicas e modos de tratamento dos conteúdos abordados.

pelas organizações contratadas nas áreas de intervenção, como a inclusão desta perspectiva dentro dos próximos editais, além da especificação de rúbricas para trabalhar com questões de gênero dentro da proposta de orçamento gerenciado pelas organizações que implementam a abordagem das URADs.

Embora seja importante garantir a presença de todos/as os membros das famílias nas atividades realizadas, realço que a participação não apenas se constata a partir da medição da quantidade de mulheres presentes, uma vez que é importante destacar aqui a diferença entre “presença” e “agência.” O fato de que mulheres estejam “presentes” em alguns processos coletivos não necessariamente significa que estejam assumindo um papel de protagonismo dentro das instâncias de gestão. Também, não significa que estão sendo empoderados/as dentro de qualquer processo de organização social.

É preciso criar mecanismos para incentivar o engajamento de mulheres em ações de cunho técnico que tradicionalmente tem sido classificadas como “masculinas”, algo que precisaria ser abordado com mais ênfase no escopo das URADs. Tais medidas poderiam incluir a socialização das tarefas associadas aos “cuidados.” É imprescindível criar formas de fomentar o engajamento das mulheres na aplicação das tecnologias e na gestão de conhecimento que é gerado a partir do seu uso, de modo que sejam realmente protagonistas destes processos. Os indicadores de monitoramento deveriam se atentar para as distinções entre uma participação mais passiva, na condição de receptoras de informações, e uma participação mais ativa e engajada, enquanto proponentes das ações.

Algumas recomendações para potencializar a incorporação do enfoque de gênero nas ações do Projeto durante o próximo período devem ser ressaltadas, visando uma maior visibilidade para a temática nas dinâmicas institucionais. São estas, a saber:

(i) Construção de instâncias e dispositivos no campo político a partir da participação popular, especialmente das mulheres rurais:

O segundo eixo do projeto, voltado para fortalecer esquemas de governança em torno do manejo sustentável da terra em áreas que fazem parte do bioma de Caatinga, necessariamente deve ser integrado à experimentação de “boas práticas.” Alguns avanços notáveis foram relatados nas entrevistas, como a regulamentação da lei

que institui a *Política Estadual de Combate à Desertificação (PECD)*, que está em fase de ser encaminhada para a Assembleia Legislativa de Sergipe, e a consolidação dos *Programas Estaduais de Combate à Desertificação (PAEs)*. Todas estas ações que visam uma maior incidência política, tais como o processo de elaboração e monitoramento de políticas, normas técnicas e marcos regulatórios; a construção de planos estaduais de intervenção no tema; e a consolidação de mecanismos operacionais, como processos de licenciamento do uso da terra e um Sistema de Alerta Precoce para seca e desertificação, deveriam estar interligadas com a experimentação das URADs nas áreas pilotos. A experimentação de práticas inovadoras deve servir como uma espécie de laboratório para a construção de políticas e programas adequados às realidades áruas da região semiárida e suas problemáticas específicas, uma estratégia que está delineada no PRODOC e outros documentos (PIRs, editais das contratações de entidades executoras, etc.).

Para garantir esta vinculação direta entre as experimentações ao nível local e as políticas públicas desenhadas, é imperioso investir no aprimoramento de uma metodologia de monitoramento que leve em consideração um amplo leque de indicadores sobre os diversos aspectos das tecnologias utilizadas, uma vez que as URADs são operacionalizadas por meio de ações ambientais, sociais e produtivas. Indubitavelmente, é neste campo nomeado de “social” que entram as nuances relacionadas com as mudanças nas formas de “relacionalidade” (construção de vínculos, formas de expressão de liderança) dentro das comunidades locais. Uma abordagem metodológica que é construída tendo em vista a amplitude das mudanças desencadeadas pelas URADs, conseguirá acolher as questões vividas pelas famílias e comunidades, tais como dinâmicas relacionais (relações de gênero, fatores ligados à identidade racial e étnica), para que sejam incorporadas nos marcos regulatórios e normas técnicas que regem os processos políticos. A falta de uma “linha de base” mais completa, na qual consta esta amplitude de indicadores ligados aos diversos efeitos das URADs é uma lacuna evidente no cerne do Projeto, já que o marco lógico se limita à estipulação de metas e indicadores prioritariamente balizados por alterações identificáveis nas configurações físicas do meio ambiente.

De acordo com os Relatórios de Progresso e a partir das informações fornecidas em entrevistas, já foi formado um GT de monitoramento com diversos atores sociais

envolvidos que tem a função de monitorar os efeitos das URADs. Um desafio metodológico que a equipe do Projeto enfrenta diz respeito à construção de um processo de monitoramento em função do prazo de implementação da metodologia das URADs, que consta como um prazo de nove meses. Isso não é um período suficientemente longo para possibilitar a medição de mudanças, especialmente aquelas que são enquadradas como qualitativas, uma vez que levam mais tempo para se tornar perceptíveis.¹⁶

Outro ponto importante se diz respeito ao envolvimento das comunidades locais no controle social de medidas que busquem combater a dessertificação por meio do estímulo de sua participação nas *Comissões de Combate à Dessertificação* nas esferas federal e estadual. Outro projeto apoiado por GEF - *BRA/07/G32* - que focaliza a conservação dos manguezais -, adotou uma metodologia participativa estruturada em várias etapas e implementada de forma descentralizada para debater as questões que fazem parte de um marco regulatório focado no Caranguejo Uçá. A partir destas discussões durante uma série de oficinas, foi possível criar uma base sólida para proposições e recomendações. Tal processo, que contou com a participação ativa de lideranças comunitárias nas regiões, foi importante para inserir a temática de gênero nas discussões sobre o marco regulatório a partir das questões que surgiram das bases. Esta metodologia poderia ser replicada no contexto de outros projetos apoiados por GEF.

Para que gênero seja pautado com mais ênfase dentro destes espaços políticos, seria importante investir em articulações com redes e movimentos da sociedade civil que poderiam incluir esta temática da dessertificação na sua agenda política e que, ao mesmo tempo, tendem a ter abertura para questões ligadas aos direitos das mulheres rurais, tais como o “*Movimento de Mulheres Camponesas –MMC*”, a “*Articulação Nacional de Agroecologia - ANA*” e a “*Articulação Semiárido Brasileiro - ASA*.” A partir de alianças com organizações que tenham afinidade com o ecossistema do Semiárido, as lutas dos/as agricultores/as familiares, as especificidades de gênero e a problemática da dessertificação, será possível ganhar força política para formular

¹⁶ Embora esta afirmação seja fundamentada (em relação às complicações referentes à medição de processos sociais), indubitavelmente no caso dos indicadores quantitativos também se torna difícil medir o impacto de aspectos ambientais neste período de tempo como a contenção da perda de solos ou da erosão de águas.

proposições que dão visibilidade para o papel das mulheres nas áreas mais suscetíveis à desertificação.

(ii) Reforço dos processos de sistematização de inovações metodológicas e tecnológicas:

As lições apreendidas a partir da experimentação de inovações tecnológicas e metodológicas para mitigar a desertificação devem ser sistematizadas e disseminadas de modo amplo, uma vez que a gestão de conhecimento representa uma ação fundamental para influenciar as estruturas governamentais para manejo sustentável da terra. Como é expresso no *PRODOC* e nos outros documentos produzidos, as informações disponibilizadas a partir dos resultados das URADs devem ser disponibilizadas para outros municípios com a intenção de inspirar a construção de planos municipais e estaduais. Para atingir tal resultado, a qualificação dos mecanismos de registro e sistematização dos processos, métodos e técnicas deve ser uma prioridade.

Como os subsídios gerados a partir das experimentações de inovações tecnológicas e metodológicas servem como insumos para a construção de políticas, programas e planos de intervenção, é fundamental que as mulheres sejam sublinhadas dentro destas inovações, dando destaque para a especificidade dos seus aportes e contribuições. Algumas tecnologias realçam mais o protagonismo das mulheres, como os fogões eco eficientes e mecanismos para captação e armazenamento de água, mas é importante não se prender à estas especificamente e ampliar o olhar para outras tecnologias nas quais as mulheres tenham contribuições específicas a partir de sua condição social.

Finalmente, destaca-se a importância de fortalecer diversas estratégias de comunicação social para divulgar estas inovações, por meio de materiais de difusão como cartilhas, livros e vídeos. Tais materiais, que atingem diferentes tipos de públicos, permitirão uma análise do percurso metodológico e das aprendizagens que possam ser replicadas visando a multiplicação das URADs nos outros municípios dentro da área de abrangência do Projeto no próximo período. Tais materiais também podem ser de fundamental importância para sensibilizar atores sociais que ainda não tem incorporado a questão da desertificação nas suas práticas, como os

extensionistas que tem uma atuação bastante acentuada em muitas das comunidades acompanhadas na área de intervenção do Projeto. Uma vez que um dos resultados esperados do Projeto é a incorporação de orientações sobre a temática por serviços estaduais de extensão rural, propõe-se que os materiais produzidos sejam utilizados nos treinamentos destes profissionais.

(iii) Implementação de uma metodologia de planejamento das “unidades produtivas” (por família e comunitárias¹⁷) que contemple as dinâmicas que atravessam o tecido de relações sociais:

Quando se fala em gestão, é importante abarcar um amplo leque de questões, tendo o cuidado de não se restringir estritamente à gestão financeira, mas tratando também de outras questões de cunho organizacional que tem repercussões diretas sobre as dinâmicas relacionais dentro dos coletivos. Desde a ótica de gênero, gestão implica não apenas na necessidade de melhorar a infraestrutura para produção, diversificação e melhoramento dos produtos, mas também envolve um esforço para incidir sobre a questão da legislação sanitária, além de avançar na certificação participativa para que as mulheres possam manter e ampliar a venda dos seus produtos para o PAA e PNAE. Um investimento em processos de gestão associativa requer um cuidado para a socialização e organização partilhada do trabalho doméstico e de cuidados, além da garantia do acesso ao conjunto de políticas públicas voltadas para o reconhecimento e ampliação das atividades produtivas das mulheres nos quintais produtivos (hortas, pomares, criação de pequenos animais), artesanato e também suas atividades no roçado.

A gestão das “unidades produtivas” não é um exercício apartado do contexto da organização comunitária, de modo geral. À vista disso, como aponta um dos entrevistados, o coordenador do CDJBC, João Alexandre, é importante entender de que maneira as pessoas envolvidas nestas unidades se inserem nas associações comunitárias e se engajam no sistema de organização das mesmas, fazendo parte do exercício dos cargos e da tomada de decisões. Abordar questões ligadas aos processos organizativos é um desafio formidável, especialmente no contexto dos assentamentos

¹⁷ As unidades produtivas “comunitárias” são definidas como unidades produtivas nas quais cada família tem sua unidade de produção, mas o processamento é levado a cabo em uma instalação comunitária (ex: apicultura, psicultura).

da reforma agrária, como aqueles que são focados no âmbito deste Projeto, que muitas vezes apresentam indícios de maior precariedade na sua trajetória organizacional. As organizações que prestam assessoria às localidades precisam se atentar para as dinâmicas que atravessam não apenas as “Unidades produtivas”, mas também as outras configurações organizacionais que abrigam este público alvo e defendem seus interesses. Isso tem implicações quando se pensa na implementação de uma estratégia focada em gênero, uma vez que a participação das mulheres nos cargos de liderança dentro destas diversas configurações organizacionais (associações, conselhos, fóruns) inevitavelmente terá reflexos sobre a estruturação das Unidades Produtivas “familiares” e “comunitárias.”

(iv) Ênfase no enfoque agroecológico dentro das unidades de experimentação ao nível familiar e comunitário:

A estratégia de ILPF (Integração Lavoura, pecuária e floresta), sublinhada no projeto como uma das ações a ser desenvolvida no campo produtivo, se nutre dos princípios agroecológicos, uma vez que visa criar condições para “uma interação entre plantas, solo e seres humanos”, possibilitando uma diversidade de espécies dentro de uma mesma área.

Em muitas comunidades em América Latina, as mulheres se encarregam de conduzir processos produtivos dentro desta lógica da diversificação, buscando formas de plantar “um pouco de todo”, de forma “misturada”, dentro dos canteiros dos quintais e roçados, além de propagar práticas sustentáveis que não danificam o meio ambiente e que aproveitam integralmente dos recursos locais. Estudos e pesquisas (SILIPRANDI, 2010, 2015; WEITZMAN, 2016) mostram que na maior parte das famílias rurais, são as mulheres que se empenham na transição agroecológica dentro das propriedades e introduzem inovações nos arranjos produtivos, o que em muitos casos acarreta em conflitos intra-familiares, em função da resistência dos homens (maridos e filhos) em apostar em outro modelo de produção, que à primeira vista, pode parecer mais oneroso e menos lucrativo. Contudo, uma proposta de incentivo aos processos produtivos nos moldes da agroecologia é considerado favorável às mulheres, já que potencializa suas contribuições nas etapas da colheita e posteriormente, nos processos de beneficiamento e processamento dos alimentos dentro do Sistema agroalimentar.

3.5 Projeto “Produção de Carvão Vegetal de Biomassa Renovável para a Indústria Siderúrgica no Brasil”: BRA/14/G31

Este projeto, que tem por objetivo desenvolver tecnologias de conversão limpa para a produção de carvão vegetal à base de biomassa renovável, tem alguns aspectos que o diferenciam dos outros projetos apoiados por GEF que estão sob análise. Um destes aspectos está relacionado com o público escolhido como foco de sua ação - o mundo empresarial -, que tem formas diferenciadas de aproximar desta temática e re-significar suas diversas facetas. Assim, há um desafio posto no que tange ao processo de sensibilização acerca da importância de alcançar um nível de desempenho socioambiental e trazer inovações para a cadeia produtiva de carvão vegetal, uma vez que as empresas tendem a se submeter à um viés economicista e são orientadas principalmente pelo anseio de maximizar o lucro. Da mesma forma, há um desafio formidável no sentido de sensibilizar estes atores sociais sobre questões que são abrangidas no campo dito “social”, como as relações sociais de gênero, uma vez que tais fatores tendem a ser tratados como se fossem “periféricos” às atividades produtivas.

O caminho metodológico escolhido para tal finalidade tem sido o reconhecimento de “boas práticas”, escolhidas por sua capacidade de elevar a sustentabilidade dos processos sociais e ambientais e criar novas relações com a “comunidade” no seu entorno, o que potencialmente incentivará uma nova consciência nas diversas empresas a partir da construção de novos precedentes para sua atuação. Sendo assim, as empresas não são forçadas a mudar suas práticas em função de um processo de vigilância e fiscalização, mas a partir do incentivo dado ao desenvolvimento de práticas inovadoras e inusitadas. De acordo com a Assessora Técnica do Projeto, Saenandoah Dutra, esta linha de trabalho será desenvolvida nos próximos meses, a partir da contratação de uma consultoria. Estas “boas práticas” serão registradas em uma publicação e em alguns vídeos, todos os quais farão parte de um curso a ser ministrado “on-line.”

Na entrevista que tive com a Assessora Técnica do Projeto, ela mencionou alguns elementos que compõem este modelo de “boas práticas”, sublinhando o cultivo de relações igualitárias de gênero como um elemento primordial. Percebe-se a necessidade de amarrar estes elementos constituintes do padrão posto como “boas

práticas” para se tornar um esquema referencial para este trabalho de sistematização, o que também possibilitará a multiplicação de experiências exemplares em outros contextos socioambientais.

No bojo deste processo do registro das “boas práticas”, há um entendimento, expresso pela Assessora Técnica do Projeto, de que o registro e sistematização das experiências protagonizadas pelas mulheres será uma forma de “convencer as empresas” da relevância de trabalho com questões de gênero e dos ganhos associados à sua incorporação na cadeia produtiva de carvão vegetal, enquanto um ato de responsabilidade social. Este é um dos caminhos escolhidos para trabalhar esta temática dentro do universo empresarial.

Uma vez que o alcance da mudança tenha sido pouco expressivo quando se trata das grandes empresas, existe a intenção de envolver os/as produtores/as rurais neste debate sobre a produção sustentável de carvão vegetal, via o lançamento de um edital que incluirá serviços de assistência técnica. Neste sentido, cumpre salientar um processo de sensibilização que vem sendo realizado de forma bem incipiente com produtores rurais no Norte de Minas Gerais, os quais são engajados no *Projeto Bem Diverso*. Este sinergismo entre os dois projetos pode ser bastante frutífero, no sentido de criar um precedente para parcerias com outras organizações sociais que se propõem a adentrar em um novo ramo de produção – o carvão vegetal, em bases sustentáveis. Este eixo de ação é bastante pertinente, especialmente em comunidades de agricultores familiares que sofrem dos efeitos da plantação do eucalipto nos moldes da monocultura e não possuem referências de outras formas de encaminhar estes processos produtivos. Com este público alvo, também percebe-se a necessidade de criar referências que pautam a igualdade nas relações sociais como algo inerente ao conceito de sustentabilidade, no sentido mais amplo do termo.

Ao avaliar o grau de incorporação do enfoque de gênero no Projeto, cabe salientar que, como no caso dos outros projetos apoiados por GEF, no PRODOC não se torna perceptível uma estratégia definida para trabalhar com o enfoque de gênero, embora uma parte do documento intitulado “Aspectos de gênero” apresente algumas informações sobre as desigualdades de gênero no Setor Siderúrgico, além de propor algumas alternativas para transformação nas condições de trabalho que possam beneficiar as mulheres dentro dos trabalhos com cadeias de carvão vegetal. De forma geral, há uma grande lacuna na produção bibliográfica sobre este tema. Documentos

de referencia, como o *Plano de Carvão Sustentável*¹⁸ para o Setor Siderúrgico, não integram nas suas proposições focadas na redução tanto da emissão de GEE quanto no desmatamento de florestas nativas nenhuma consideração sobre as relações sociais de gênero nem os processos de inclusão social.

A seguir, sublinho alguns elementos que se por um lado, apontam deficiências nas concepções que norteiam os métodos postos em prática, por outro lado, revelam potencialidades para uma maior qualificação nas abordagens empregadas no Projeto até sua finalização.

(i) A “porta de entrada” para o tema de gênero dentro do universo empresarial tem sido costurada a partir de um processo de convencimento que tem o principal objetivo de criar pontos de conexão entre “maior produtividade” x “eficiência” x “trabalho protagonizado pelas mulheres”, ao ilustrar que para conseguir melhores resultados, é importante viabilizar a diversificação das equipes, o que passa por uma política de “inclusão social.” Assim, a Assessora Técnica do Projeto explica que tem havido esforços para mostrar os valores e benefícios associados à participação das mulheres dentro das práticas empresariais. A linha de argumentação está embasada na incumbência de comprovar a natureza dos benefícios que serão gerados para “os/as contratantes” quando a participação das mulheres é potencializada, benefícios que são co-relacionados com ganhos econômicos e com o nível de eficiência dos trabalhos realizados.

Destarte, no PRODOC se torna explícito o argumento de que em alguns trabalhos, como a produção de mudas, as mulheres são “mais eficientes” justamente porque “as mãos das mulheres são mais dedicadas.” (PRODOC, p. 28) Vemos aqui uma estreita ligação entre a noção de “delicadeza” e “eficiência”, o que se torna uma justificativa para investir em algumas linhas de trabalho para mulheres, como a produção de carvão à base de biomassa renovável originado de plantações sustentáveis de eucalipto. Isto é, há a noção de que as mulheres tem mais cuidado para tratar de coisas frágeis, de modo que as empresas sofrerão de menos perdas com as mulheres nos processos produtivos que exigem este tipo de manejo.

¹⁸ Este Plano, liderado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Inovação (MDIC), se compromete em reduzir de 8 a 10 toneladas métricas de CO₂eq até 2020 por meio de uma série de metas, como o aumento no estoque de floresta renovável plantada para a produção de carvão.

(ii) Um dos empecilhos que foi constatado nas entrevistas se refere à dificuldade de ter uma visão numérica da participação das mulheres no Setor do ferro e aço, o que contribui para sua invisibilização dentro da cadeia produtiva de carvão renovável.¹⁹ Constata-se que as mulheres são mais envolvidas com as tarefas administrativas e não aparecem visivelmente na produção do carvão, uma vez que sua participação tende a ser indireta e informal.²⁰ Diante da falta de informações mais precisas sobre a natureza das participações das mulheres nas diversas fases da produção siderúrgica, um primeiro passo para trabalhar com esta temática seria o levantamento das condições de trabalho das mulheres no Setor Siderúrgico, a partir da realização de estudos e pesquisas.

Indícios de alguns avanços neste sentido podem ser verificados, a partir da contratação de uma Consultoria para análise do estado da arte de cadeias de produção de carvão vegetal, que conseguiu levantar algumas informações sobre a participação das mulheres nas mesmas e apresentou alguns resultados desta análise em três produtos (RAAD, Túlio Jardim, Produtos 2, 3 & 4/ fevereiro e abril de 2018) Nestes relatórios, que apresentaram uma análise aguçada das tecnologias utilizadas a partir de diversas óticas (técnica, ambiental, econômica e social), cumpre salientar a abordagem que orienta a análise comparativa das tecnologias do ponto de vista “social”²¹ que, de acordo com o autor, consiste em “identificar as mudanças, positivas e/ou negativas, que podem ocorrer nos indivíduos ou comunidades a serem afetados pela adoção de uma nova tecnologia de produção de carvão vegetal.” (RAID, Produto 2 & 3, 2018, p. 49)

Este autor argumenta que as mulheres tem sido sistematicamente excluídas de algumas funções, como “forno” e “carbonizador”, e que a substituição de fornos de alvenaria circulares por outros tipos de fornos como os “fornos mecanizados e

¹⁹ De acordo com estudos, “entre os setores produtivos, o siderúrgico é referenciado como persistente na desigualdade de gênero (Lapa, 2016), no qual as mulheres ocupam apenas 7% da força de trabalho.” (RAAD, Produto 2 & 3, fev. 2018, p. 51)

²⁰ Além da participação mínima das mulheres nas atividades classificadas como “produtivas”, os documentos produzidos levantam discrepâncias em relação ao ganhos de homens e mulheres, ao afirmarem que “no processo de produção os homens ganham até sete vezes mais que as mulheres e, na área de distribuição, ganham aproximadamente nove vezes mais que elas.” (PRODOC, p. 27)

²¹ Esta demarcação entre os âmbitos “social”, “econômico”, “ambiental” e “técnico” é bastante perceptível nos Relatórios produzidos. Vale destacar a abordagem analítica quando se trata deste campo rotulado como “social” em um dos Relatórios produzidos pelo consultor externo: “No campo social, foram avaliados e comparados os impactos relacionados à inclusão social, geração de renda e diminuição das desigualdades de gênero referentes a cada tecnologia de produção de carvão vegetal.” (RAID, Produto 4, 2018, p. 4)

monitorados por sistemas periféricos para controle da temperatura do processo de carbonização” (RAID, Produto 2 & 3, 2018, p. 30) seria uma medida importante para favorecer a inclusão feminina no processo de carbonização. A noção de que “tecnologias mais modernas de carbonização”, que requerem menos trabalho físico, propiciam a participação feminina pode ser um pouco simplista, uma vez que se corre o risco de apostar apenas em uma solução técnica para um problema multifacetado, como as desigualdades nas relações sociais de gênero. Em outras palavras, esta medida deve ser acompanhada por outras propostas que se complementam dentro de um plano de ação. Na base do seu estudo, o autor deixa de analisar alguns aspectos que interferem na participação feminina, como o ambiente do trabalho no Setor Siderúrgico, que é exclusivamente masculino, um fator que inegavelmente impede a inserção das mulheres nas práticas produtivas.

Estas observações experimentais que o pesquisador traz para os Relatórios produzidos é de grande valia, embora seja importante buscar formas de complementar estas informações a partir do desenvolvimento de estudos e pesquisas no âmbito acadêmico e fora dele. Outro desafio posto é em relação aos métodos para sensibilizar os “stakeholders” e outros atores envolvidos no universo empresarial sobre estes dados, no intuito de provocar mudanças nas suas políticas institucionais. O simples fato de apresentar estas informações sobre a ligação entre o nível de participação feminina e o tipo de tecnologia empregada não implica em modificações nas ações empreendidas no interior das empresas que lidam com a produção siderúrgica.

A seguir, mencionarei algumas recomendações para a qualificação da estratégia de gênero no Projeto até o final do seu ciclo de implementação:

(i) Aprimorar as metodologias de sistematização e disseminação de “boas práticas” a partir do enfoque de gênero:

É importante que a sistematização e disseminação de “boas práticas” seja conduzida de uma forma que englobe todas as etapas da produção de carvão vegetal (produção da matéria prima, transporte, manejo florestal), a partir de uma ótica voltada para as contribuições dos homens e das mulheres nos diversos elos da cadeia produtiva. Como a intervenção do Projeto tem sido focada na fase posterior à

produção da floresta plantada, não tem havido discussões sobre o processo de cultivo do eucalipto e a importância de construir uma cadeia produtiva “sustentável” de forma mais integrada, tendo em conta todas as fases que fazem parte dela. Esta discussão é importante levando em consideração o papel do Projeto em termos “pedagógicos”, no sentido de demonstrar a viabilidade de trabalhar com cadeias produtivas que de fato propagam os elementos da sustentabilidade ambiental e social.

(ii) Investir na produção de estudos, pesquisas e “documentos base” para inspirar novas práticas empresariais e influenciar políticas públicas:

Diante da carência de documentos de referência no tema, além de investir em pesquisas e estudos que demonstram o papel das mulheres na produção siderúrgica, é importante compilar um “documento base” contendo reflexões sobre a produção do carvão vegetal de forma sustentável para servir como insumos na construção de políticas públicas no Estado que incluem medidas de inclusão social e de combate às desigualdades de gênero.

(iii) Desenvolver tecnologias “sustentáveis” e “inclusivas”:

Identifica-se no *PRODOC* que a barreira tecnológica pode ser considerada crítica para o início de um processo de transformação do mercado. Portanto, percebe-se que reunir atores governamentais, indústrias, stakeholders do setor e instituições de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias eficientes e limpas de conversão na produção de carvão à base de biomassa renovável é um passo de fundamental importância na construção de novos modelos de negócios sustentáveis e eficientes. Neste processo de experimentação de novas tecnologias, é recomendável que os efeitos das mesmas sobre determinados segmentos, como mulheres, sejam considerados, e que o critério da “inclusão social” seja tão importante quanto fatores econômicos e técnicos na sua seleção.

(iv) Incentivar o empoderamento feminino dentro das equipes técnicas e nos espaços de gestão das áreas pilotas de manguezais:

Adotar um tratamento transversal de gênero não apenas se refere às estratégias e abordagens utilizados perante o público alvo no contexto dos projetos socioambientais. Também, as equipes das instituições executoras e parceiras precisam internalizar práticas que promovem a igualdade de gênero, o que se inicia pelas políticas de contratação e pelas funções designadas para estes profissionais. Por este motivo, a incorporação de mulheres dentro das equipes técnicas, no exercício da função de “engenheiras”, é imprescindível. De acordo com a Assessora Técnica do Projeto, em algumas das empresas, a referência principal em cargos de coordenação técnica tem sido as mulheres, o que acaba influenciando outras instituições que compõem o universo empresarial.

As instâncias de gestão das ações do Projeto, tanto aquelas operadas pelas instituições executoras e parceiras, como a *Comitê de Acompanhamento do Projeto (CAP)*, quanto aquelas que contam com a participação popular e exercem um papel de supervisão e monitoramento dos planos de ação, como a *Comitê técnico da área piloto (CTAP)*, devem buscar formas de garantir a representatividade das mulheres nos processos de tomada de decisões. No *Comitê de Acompanhamento do Projeto (CAP)*, que se responsabiliza por facilitar a coordenação interministerial e garantir a complementariedade de ações entre diferentes investidores e co-financiadores, constata-se a participação de duas mulheres e existe a possibilidade de ampliação da participação feminina nesta instância. Os “Comitês Técnicos das áreas pilotos” (CTAPs) são projetadas no *PRODOC* como espaços importantes para a gestão metodológica e gerencial em torno das APAs e RESEXs que dependem da participação popular para seu bom funcionamento. Isso é mais um ponto que deve ser ressaltado quando se discute as formas de incentivar a participação das mulheres nos mesmos.

(v) Aperfeiçoar o sistema de monitoramento a partir da integração de indicadores qualitativos:

O grande foco do sistema de monitoramento tem sido a quantidade de tecnologias utilizadas e a medição de impactos ambientais a partir de sua adoção, como a emissão de gás estufa. Embora estes indicadores sejam extremamente valiosos para demonstrar impactos sobre a sustentabilidade ambiental, é fundamental que se amplie esta visão da “sustentabilidade”, trazendo outros

indicadores que também tenham a capacidade de aferir mudanças no campo social. Indicadores que mostram as conexões entre práticas sustentáveis para a produção de carvão vegetal e níveis de empoderamento de determinados integrantes do núcleo familiar, como as mulheres e jovens, dentro destas cadeias produtivas, devem ser incluídos.

4. Conclusões Finais

A partir da análise dos 05 projetos apoiados por GEF, foi detectada que não se constata a existência de um *Plano de Ação em Gênero* ou algo equivalente nos desenhos (*PRODOCs*) ou nos documentos associados a eles (*Quadros do “Marco Lógico”*). Embora em muitos casos, os “desenhos” dos respectivos projetos enfatizem a importância da “inclusão” das mulheres nas suas ações, não transparece nenhuma estratégia para superar as desigualdades de gênero por meio da identificação, construção, monitoramento, avaliação e sistematização de atividades implementadas pela(s) entidade(s) executora(s). No entanto, em muitos dos projetos analisados, a partir da operacionalização das ações, percebe-se alguns indícios de trabalhos incipientes que estimulam a participação feminina, como “intercâmbios de experiências” entre grupos protagonizados por mulheres; discussões e experimentações de inovações tecnológicas que afetam diretamente a carga de trabalho das mulheres e sua relação com o entorno; e o desenvolvimento de abordagens metodológicas, como o DRP, que incorporam um enfoque de gênero, mesmo de forma tímida, o que permite discernir as diferenças nos papéis desempenhados por homens e mulheres no campo das atividades agroextrativistas. Aos poucos, vai sendo desenhada uma noção de “sustentabilidade” que engloba a ideia da “inclusão social”, de modo que na medida em que questões de cunho social vão se integrando à agenda ambiental, o foco tecnicista, que geralmente permeia os estudos e projetos de intervenção no campo ambiental, não será posto em primeiro plano.

Mesmo que estejamos muito longe de garantir um tratamento transversal de gênero nos projetos, existem algumas “portas de entrada” para questões de gênero que devem ser afirmadas e potencializadas. Uma destas “portas de entrada” é a abertura para processos de formação que vão além de um processo de qualificação técnica para “treinar” os envolvidos/as no uso responsável de equipamentos e tecnologias que facilitam os processos produtivos. Embora o desenvolvimento de inovações

tecnológicas nas cadeias produtivas seja uma ação prioritária, se não fosse acompanhada por discussões que tratam dos seus impactos sobre a rotina das mulheres e a gestão de suas tarefas, as mesmas não serão de tanta utilidade.

Dependendo do enfoque utilizado nestas práticas educativas, é possível semear uma nova consciencia sobre a construção de relações igualitárias de gênero nos processos produtivos, o que terá repercussões sobre as outras linhas de ação. Atividades de natureza educativa, voltadas para fortalecer a organização social, podem ser desenhadas para propiciar a participação de todos os atores sociais envolvidos, de modo que incluam segmentos que são considerados excluídos das estruturas organizacionais e que não ocupam um papel protagônico em muitos projetos em vigência, como mulheres, jovens e grupos étnicos. No contexto de alguns projetos, testemunhamos avanços neste sentido, a partir de processos de formação que focalizam o desenvolvimento dos aprendizados de uma forma mais integrada às diversas dimensões da vida social.

Outra “porta de entrada” que tem sido um componente comum à muitos projetos analisados é o registro, sistematização e disseminação de “boas práticas,” muitas das quais se replicam em áreas de experimentação (“unidades demonstrativas” ou “áreas pilotas”). A inclusão nestas “boas práticas” de elementos que aferem as dinâmicas relacionais ou os graus de empoderamento das mulheres representa um passo importante, uma vez que faltam esquemas referenciais no tema para vislumbrar ações estratégicas e embasar a construção de políticas públicas. A sistematização das experiências inovadoras e exitosas com grupos de mulheres, que permite uma análise do percurso metodológico e das aprendizagens tidas, podem ser difundidas através de materiais de difusão como cartilhas, livros, e vídeos, bem como replicadas através de atividades de capacitação e de intercâmbio para garantir seu desenvolvimento em outros territórios. É importante atentar para o fato de que a internalização de “boas práticas” se efetiva de forma mais eficiente quando são praticadas em “áreas pilotas”, o que também é um eixo central das ações implementadas nos projetos em análise.

Uma terceira “porta de entrada”, que se revela como bastante frágil no conjunto dos projetos analisados, são os sistemas de monitoramento dos impactos ocasionados pelas ações implementadas. Talvez pelo fato de que haja uma carência na implementação de ações específicas no campo de gênero, o investimento em processos de monitoramento pode não parecer uma prioridade, mas é importante

lembrar que planejamento, monitoramento e avaliação são processos interligados dentro de qualquer projeto de intervenção no campo socioambiental. De modo geral, observa-se a primazia atribuída à medição de efeitos ambientais por meio de indicadores “quantitativos”, tais como “número de planos para manejo sustentável das áreas construídos”; “Níveis de carbono aumentados através da manutenção e expansão dos habitats”; “número de espécies com preços mínimos diferenciados em cada bioma”; “número de UCs que adotam SAF para restauração de terras degradadas.” Uma série de dificuldades surgem no processo de construção de sistemas de monitoramento, a saber: o desafio de criar uma metodologia que consegue acompanhar a evolução dos processos sociais e ambientais ao longo do tempo, uma vez que algumas mudanças demoram para serem perceptíveis; a necessidade de não apenas constar a participação das mulheres por meio de “listas de presença”, mas criar formas de aferir a qualidade desta participação; e a relevância da construção de sistemas de informação (“bancos de dados”) que possam ser integrados aos processos de M & A.

Para que aspectos como as relações sociais de gênero possam ser incorporados nos sistemas de monitoramento, também é preciso determos sobre questões metodológicas, uma vez que os métodos padronizados para efetivar medições de mudanças durante um período de tempo não são capazes de captar a sutileza de modificações nas relações ou nos processos sociais. Em suma, a experimentação de metodologias complementares ao sistema de M & A em vigência, como “estudos de caso” ou “grupos focais” é indicada, para que as mudanças que acontecem na “micropolítica” das relações sociais e que atravessam as dinâmicas familiares comunitárias (e regionais) podem ser captadas.

Os ciclos de implementação de um projeto apresentam oportunidades para ajustes e re-adaptações a partir de novas formulações. Nenhum projeto é estático, e sempre existe a possibilidade de “re-inventar a roda.” Diversas recomendações foram indicadas neste Relatório ao nível de cada projeto para qualificar as abordagens de gênero que já estão sendo adotadas e para experimentar novas abordagens e enfoques no período de tempo que resta até sua finalização. Projetos que já estão sendo encerrados também deixam lições importantes no que tange à incorporação da perspectiva de gênero em outros projetos socioambientais que serão aprovados no futuro próximo.

No produto 3, darei continuidade à estas reflexões, a partir de um aprofundamento dos obstáculos enfrentados por este conjunto de projetos e das lições apreendidas durante seu ciclo de implementação. Algumas questões que foram levantadas durante a análise das particularidades de cada projeto serão focadas nesta reflexão: as abordagens adotadas no processo de fortalecimento organizacional, que interfere na gestão dos grupos e comunidades agroextrativistas; a natureza das inovações tecnológicas e metodológicas propostas; os empecilhos inerentes aos processos de comercialização e as estratégias para fortalecimento da organização produtiva; e as intervenções na formulação de marcos regulatórios e políticas públicas que visam a gestão sustentável dos recursos naturais.

Os casos de sucesso no âmbito de todos os projetos servirão como insumos de retro-alimentação, uma vez que cada projeto apresenta limites e potencialidades no que tange à temática de gênero e são justamente estes aprendizados que nos motivam a “seguir caminhando”, buscando novos horizontes para iluminar as práticas que visam a construção de relações sociais mais igualitárias e justas. Embora alguns requisitos deveriam ser cumpridos para assegurar um tratamento transversal de gênero nos Projetos, os quais foram mencionados na Introdução deste Relatório, não há um modelo pre-existente a ser alcançado, porque o caminho se faz ao caminhar. Neste sentido, a troca entre as experiências existentes a partir de “lições apreendidas” dá condições para qualificar os resultados que se almeja e vislumbrar novas possibilidades de ação.

5. Referências bibliográficas

I. Documentos Internos:

- PRODOCs, PIRs (2016 & 2017), Cartas de Acordo, Avaliações Meio Termo e Atas de Reunião dos Projetos BRA/12/G32, BRA/067/G32, BRA/14/G31, BRA/14/G32, BRA/14/G33
- Ficha de Registro de Eventos do SAU/ Plano Anual de Trabalho (PAT) da Embrapa
-Projeto Bem Diverso
- Folder com Programação do “I Workshop da Cadeia Produtiva do Açaí”
(setembro/2016) - *Projeto Bem Diverso*
- “Planejamento Resumido 2018” - *Projeto Bem Diverso*

- “Plano de Trabalho 2018 – TC Marajó II Ana Euler” – *Projeto Bem Diverso*
- Relatório do Encontro Anual do Projeto Bem Diverso: Conservando a Biodiversidade pelo Uso Sustentável” (Brasília, 05 a 07 de dezembro de 2017)
- Vídeo do Encontro Anual do Projeto Bem Diverso (dezembro/ 2017)
- “Inception Workshop Report: Mainstreaming Biodiversity Conservation and Sustainable Use into NTFP and AFS production practices in multi-use forest landscapes of high conservation value” – “Bem Diverso” (Brasília, March 2016)
- Relatório: Oficina Preparatória sobre inclusão produtiva das mulheres Projeto Bem Diverso” (EMBRAPA, Brasília, 27 e 28 de julho de 2017)
- “O Processo de Levantamento de Informações para o Ajuste do Marco Regulatório Caranguejo Uça” (Conservação Internacional/ Brasília, 24 de junho 2018)
- “Moção de Repúdio – CONFREM/ Secretaria de Mulheres das Mares e das Águas” (Brasília, 29 de junho de 2009)
- “Projeto: Mulheres Protagonistas para a Gestão nos Manguezais – Território do Salgado Paraense” (ICMBio, s/d)
- “CONFREM: I Rodada de Planejamento” – CONFREM/ Secretaria de Mulheres das Mares e das Águas (08 a 10 de junho de 2015, Brasília/DF)
- “ANEXO A - Projeto URAD: Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática na Região Semiárida Brasileira” (Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Extrativismo Desenvolvimento Rural Sustentável, 2017)
- “ANEXO B: Descritivo das Tecnologias e Boas Práticas” (MMA, SEDRS, 2017)
- “Edital: Solicitação de Proposta No. JOF-0231/2017” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Junho de 2017)
- Produto 3: Segundo Relatório de Execução Parcial das Atividades no Assentamento Modelo (Lote 3) do Projeto URAD” (CDJBC, Projeto PNUD BRA/14/G32, Abril/ 2018)
- Produto 3: Segundo Relatório de Execução Parcial das Atividades nos Assentamentos Florestan Fernandes e Assentamento Flor da Serra/ Quilombo Serra Guia (Lotes 01 e 04) (SASAC, Projeto PNUD BRA/14/G32, Março 2018)
- PRODUTO 4 – “Propostas para melhoria de sustentabilidade e do desempenho da produção de carvão vegetal renovável para o setor de ferro-gusa, aço e ferroligas brasileiro, com especial foco no estado de Minas Gerais” (RAAD, Túlio Jardim, abril/2018)

- PRODUTO 2 & 3 – “Cadeias Produtivas do Carvão Vegetal para uso no setor de ferro-gusa, aço e ferroligas no Brasil” (RAAD, Túlio Jardim, fevereiro/2018)
- Projeto Florelas: Elos Eco-Sociais entre as Florestas Brasileiras. Documento Interno: “Programa de Assessoria entre Comunidades: Multipliando Saberes e Sabores”, 2011
- SILVA Elisa; NAPOLITANO, Juliana, et.al, Orgs. “Pequenos Projetos Ecosociais de quebradeiras de coco babaçu: reflexões e aprendizados.” Brasília: ISPN, 2016.
- Desenhos de Projetos e Relatórios do Monitoramento dos seguintes projetos apoiados por PPP-Ecos: (i) “*Ser Tão Raíz- Espécies, Pessoas e Cerrado*” – BRA/15/23; (ii) “*Fortalecimento Socioeconômico das Quebradeiras de Coco Babaçu pelo acesso aos mercados*” – BRA/OP5/15/11; (iii) “*Mulheres Guardiãs: valorizando os frutos do Cerrado.*” - BRA/ OP51508; (iv) “*Preservar é preciso*” - BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/14/16; (v) “*Disseminando Saberes*” - BRA/OP5/15/24; (vi) “*Resgate, aumento da produção e comercialização do sal de aguapé e da pimenta waurá*” – BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/14/05; (vii) “*Dialogos de Saberes Geraizeiros*” - BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/13/22; (viii) “*Óleos medicinais do Cerrado e Caatinga*” - BRA/OP5/15/14:PACARI III; (ix) “*Biodiversidade e Saúde*” - BRA/SGP/OP5/FSP/ STAR/ 13/09; (x) “*Mulheres na Caatinga*” – BRA /15/31; (xi) “*Capacitação e beneficiamento do pequi na comunidade Quilombola de Pontinha/MG*” - BRA/OP5/15/05; (xii) “*Pecuaria Gerazeira, Convivência com Fauna Nativa e Consolidação da Unidade Multiuso no Assentamento Americano*” – BRA/14/04; (xiii) “*Famílias Unidas por Renda Solidária e Sustentabilidade Local*” – BRA/SGP/OP5/FSP/STAR/15/26.
- Relatórios de Rodadas de Trocas de Experiências, mesas e grupos temáticos – 2º Encontro de Experiências e Aprendizados do PPP-Ecos no Cerrado e na Caatinga. (Brasília/DF, Maio 2018)
- 22º Edital de Convocação – Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (Brasília/DF, Março, 2015)
- Ficha de Pré-Seleção de Projetos 2015 - PPP-ECOS
- Documento Interno: Metodologia de Seleção de Projetos – 22º Edital PPP-ECOS/GEF 2015
- GEF Policy on Gender Equality. GEF/C. 53/04 October 26, 2017

- “GEF-& - Replenishment: Programming Directions (Prepared by the Secretariat). “Fourth Meeting for the Seventh Replenishment of the GEF Trust Fund,” Stockholm, Sweden. GEF/ R.7/ 19 – April 2, 2018.

II. Outras referências:

CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. “As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”. In: *Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. “Participação, Poder e Democracia: Mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural.” *Cadernos de Trabalho NETSAL*, IESP/UERJ, Rio de Janeiro, 2013

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. UFRJ, Rio de Janeiro: 2015

SILIPRANDI, Emma. “Mujeres y Agroecologia, nuevos sujetos en la agricultura rural” in: *Investigaciones Feministas*, v. 2010-1, p. 125- 137, 2010

WEITZMAN, R. O Enfoque de Gênero nos Processos de Monitoramento dos Projetos Sociais. Belo Horizonte: Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia, 2006

_____. Tecendo deslocamentos: relações de gênero, práticas produtivas e organizativas: entre trabalhadoras rurais. Universidade Federal do Rio de Janeiro/MN/PPGAS. Rio de Janeiro: 2016

_____. “Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural.” In: *Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011.
